



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

CONTINUAÇÃO DO DESPACHO DA C.I. Nº

AO SEAB

Para conhecimento
e providências.

Em 26.03.90

Francisco de Assis da Silva Lopes
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

— CODEMAT —

Visto

Proceder contratações a partir de
22-03-90. nível 17. junho.

Em 27.03-90


Gabejara R. Maciel
Gerente Seter Adm. Pessoal

CODEMAT

**CODEMAT**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

3204

Comunicação Interna

DE GERENCIA DE JUINA	DATA 19/03/90	
PARA CEA/DIOP	Nº DA C.I. 110/90	
ASSUNTO: Solicitação (Faz),		
<p>Pela presente, solicitamos de V.Sª, seja autorizada a contratação do servidor FRANCISCO DE ASSIS MAYES, como <u>Agente Administrativo</u>, lotado nesta Gerência, nível 17.</p> <p>Atenciosamente,</p> <p><i>[Assinatura]</i> Francisco de Assis Monteiro Gerente do Projeto Juina CODEMAT.</p> <p>OK</p>		
ENVIADO POR: MIGUEL GATTAS MONTEIRO	DESTINADO A EDUARDO RODRIGUES PAIVA	RECEBIDA EM 19-03-90

Ante a:

A DREH

Para providências.

Em: 20.03.90

2.1.6.

Edvaldo Rodrigues Pádua
Diretor de Operações
CODEMAT

A DREH

INSTRUIR SE NAO HA IMPEDIMENTO LEGAL
PARA CONTRATAÇÃO DE DEVIDOR.

20/03/90

Dir. Adm. Financeiro
CODEMAT

ACT-1001

MT

A DREH

Informamos a
V. Sa. que não há impedimento legal para as contratações e renovações de contratos.

22/03/90

Francisco de Assis da Silva Lopes
Chefe da Divisão de Recursos Humanos
CODEMAT

AUTOCIZO

A DREH PARA PODER
JANCAR.

22/03/90

Dir. Adm. Financeiro
CODEMAT

AVISO PRÉVIO DO EMPREGADOR PARA DISPENSA DO EMPREGADO

Sr. **FRANCISCO ASSIS MAYER**

Pelo presente o notificamos que a 30 dias da data da entrega deste, não mais serão utilizados os seus serviços, pela nossa firma e por isso vimos avisá-lo, nos termos e para os efeitos do disposto no Art. 487, item II - Cap. VI - Título IV, do "Decreto" Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO).

Pedimos a devolução da presente com o seu "CIENTE".

Saudações

Odete Diniz da Silva
fe do Setor

CIENTE

27 / 03 / 91

RESPONSÁVEL QUANDO MENOR

ASSINATURA DO EMPREGADO

CERTIFICO, para os devidos fins, que o presente servidor, convocado para ciência da rescisão de seu Contrato de Trabalho recusou-se a assinar seu Aviso Prévio.

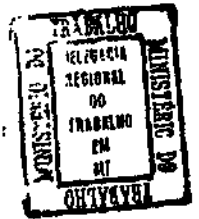
EM. 27 de Março de 1.991

Testemunhas:



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO



Registro de Empregado

N.º de Ordem 2577

Nome do Empregado: FRANCISCO DE ASSIS MAYER

Residência: Telefone:



Côr
Cabelo
Barba
Bigode
Olhos
Altura
Peso

Idade 32 anos, Data de Nascimento 03 / 10 / 58 lugar
do nascimento VARZEA GRANDE - MT

Estado Civil CASADO Nacionalidade BRAS.

Filiação { Pai BENEDITO MAYER Nacion. BRAS.
Mãe ELMAZ GATASS MONTEIRO Nacion. BRAS.

Beneficiários

N.º da Cart. Prof. 26819 Série 00001

» » » de Saúde

» » » do Inst. Aposentadoria

Situação Militar { Cad. N.º Série
Categoria
Certificado

Carteira de Trabalho
de Menor

Nº

Série

Nº da Carteira do I.
de Aposent.

QUANDO ESTRANGEIRO

Nº da Cart. Nº do Reg. Geral

Casado com brasileira?

Nome do conjugue

Tem filhos brasileiros? qtos?

Quando Motorista { Cart. Nac. de Habil. Nº

Data da chegada ao Brasil

Naturalizado? Decreto Nº

Data da Admissão ao Serviço 22/03/90

Cargo que ocupa AG, ADMINISTRATIVO - 17

Remuneração 22.043,25

Forma de Pagamento MENSAL

Horário de Trabalho: das 8 às 18 com intervalo de 2 hs. para refeição e descanso.

Data e assinatura do empregado na ocasião da admissão 22 de MARÇO de 19 90

Data da Dispensa

Recebi os seguintes documentos que me pertencem

de de 19

Polegar Direito



**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO DE MATO GROSSO.**

SAA (20, 3)

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO 4131/02



**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO**

[illegible]☐ GOZADAS☐ NÃO GOZADAS

Visto:

11ª via - Branco/CEF 21ª via - Rosa/S3 300 3ª via - Azul/Empregado 43ª via - Amarelo/Empregador

000 Para uso do processamento

RECIBO DE TRABALHO

01 Carimbo padronizado do CEC	
03 Código	04 Endereço
05 CEP	06 Bairro
07 Município	08 UF
09 Banco	10 Agência/UF
11 Cód. Agência	12 Empregado
Francisco de Assis Mayer.	
14 PIS/PASEP	15 Código empregado
16 Data nascimento	17 Data admissão
18 Data opção	19 Data afastamento
20 Maior remuneração	21 Aviso prévio
22 Pers. Adm.	23 Causa afastamento
24 Cód. saque	

96.266.90.

27 FGTS multa rescis. Valor 40 45.155.59.-

28 Indenização Valor 27 86.640.30.

29 Aviso prévio Trabalhado.

30 Comissões

31 13º salário 4 32.089.00.

32 Horas extras

33 13º sal. inden. 34 Gratificação

35 Salário-família 90 5.205.00.

36 Adicional insalubridade/periculosidade

37 Férias vencidas 96.266.90.

38 Adicional noturno

39 Férias proporc. 4 32.089.00.

40 FGTS-mês rescisão/mês anterior

41 1/3 salário férias 42.785.30.

43 Sal. maternidade

44 Data de homologação

45 Carimbo e assinatura do empregador/proposto

46 Assinatura do empregado

47 Assinatura do responsável legal

48 TOTAL BRUTO 557.665.96.

49 DESCONTOS

50 Previdência 30.484.53.

51 Previdência 13º sal. 9.883.12.

52 Adiantamentos

53 Multas 29.000.00.

54 Ticket 67.000.00.

55 TOTAL LÍQUIDO RECEBIDO 421.298,31

56 Impressão digital Empregado

57 Impressão digital Responsável legal

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE — COMARCA DE CUIABÁ — ESTADO DE MATO GROSSO

DISTRITO DE PORTO VELHO

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

Rua Ari Barreto N.º 2133 - Bairro Cristo Rei

Chafiz Monteiro de Oliveira
OFICIAL



REGISTRO DE NASCIMENTO N.º 11.202

CERTIFICO que, às fls. 273 VR do Livro-A N.º 10-A de Registro de Nascimento, está Registrado(a) ELIZA MONTEIRO MAYER - X.X.X.X.

nascido(a) aos Vinte e Sete (27) de Setembro (09) de mil novecentos e Oitenta e Quatro (1.984) às 09 horas e 25 minutos, natural de Cuiabá - Estado de Mato Grosso - X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.

, do sexo Feminino.

filho(a) Francisco de Assis Mayer.

natural de este Estado.

e de Dona Maria Eliza Bocaiuva Monteiro Mayer.

natural de este Estado.

São avós paternos Benedito Mayer (Falecido).

e Dona Ana Antonia Mayer.

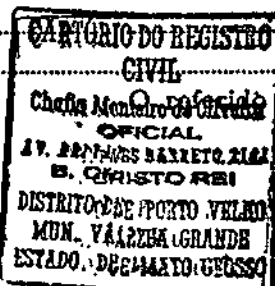
e maternos Francisco Monteiro Sobrinho (Falecido).

e Dona Elma Gattass Monteiro.

Foi declarante O Proprio Pai.

e serviram de testemunhas A constar no termo.

Observações:



Declaro a verdade e dou fé.

Varzea Grande-MT, 08 de Outubro (10) de 1984.

Chafiz Monteiro de Oliveira
OFICIAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE — BAIRRO CRISTO REI — ESTADO DE MATO GROSSO

DISTRITO DE PORTO VELHO

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

Chafiz Monteiro de Oliveira
Oficial

REGISTRO DE NASCIMENTO N.º 9.209

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
Chafiz Monteiro de Oliveira
OFICIAL
AV. ARIPATIS PASSATO, 2183
B. CRISTO REI
DISTRITO DE PORTO VELHO
MUN. VÁRZEA GRANDE
ESTADO DE MATO GROSSO

CERTIFICO que, à fls. 074 VR do Livro-A Nº 9-A de Registro de Nascimento, está registrado (a) Thiago Monteiro Mayer. X-X-X-X-X

nascido(a) aos Seis (06) de Março(03) de mil novecentos e Oitenta e Treis(1.983) às 10 horas e 05 minutos, natural de Maternidade em Várzea Grande - Mato Grosso

do sexo Masculino

filho(a) Francisco de Assis Mayer.

natural de este Estado

e de Dona Maria Eliza Bocaiuva Monteiro Mayer.

natural de este Estado

São avós paternos Benedito Mayer (Falecido)

e Dona Ana Antonia Mayer.

e maternos Francisco Monteiro Sobrinho (Falecido)

e Dona Elmaz Gattass Monteiro.

Foi declarante O Próprio Pai

e serviram de testemunhas a constar no termo

Observações:

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
Chafiz Monteiro de Oliveira
OFICIAL
AV. ARIPATIS PASSATO, 2183
B. CRISTO REI
DISTRITO DE PORTO VELHO
MUN. VÁRZEA GRANDE
ESTADO DE MATO GROSSO

O referido é verdade e dou fé.

Várzea Grande-MT, 09 de Março(03) de 19 83

Chafiz Monteiro de Oliveira
OFICIAL

C O D E M A T	
Protocolo Nº	4.522/91
Processo Nº	
Data	04 / 11 / 91
<i>[Assinatura]</i>	
Serviço de Protocolo	

Nº PROTOCOLO : 4.522/91

Nº PROCESSO : 4.077/91

DATA, 04 / 11 / 91

INTERESSADO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

ASSUNTO

ENCAMINHA NOTIFICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 7.246/91 DO SR. FRANCISCO DE ASSIS
MAYER, REFERENTE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA.



C O D E M A T

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO



CODEMAT
Protocolo Nº 4.522/91
Processo Nº 4.084/91
Data 04/11/91
Serviço de Protocolo

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ
ENDEREÇO: AV. RUBENS DE MENDONÇA, 491
NOT. INT. Nº 7 246 / 91 EM 30 / outubro / 91

PROCESSO Nº 1 998 / 91
RECTE.: FRANCISCO DE ASSIS MAYER
RECDO.: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE
MATO GROSSO - CODEMAT

Pela presente, fica V. Sª NOTIFICADA para o(s) fim(ns) pre-
visto(s) no(s) item(ns) 01, 02, 12 e 13 abaixo:

- 01 - Comparecer à audiência designada para o dia 25 de fevereiro de 1 992 às 13 horas e 20 minutos.
- 02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.
- 03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.
- 04 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.
- 05 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.
- 06 - Contra-arrazoar recurso do(a) _____
- 07 - Impugnar Embargos à Execução.
- 08 - Contestar os Embargos de Terceiro atuados sob o Nº _____ / _____
- 09 - Recolher as(os) _____ no valor de Cr\$ _____
- 10 - Prestar, como Perito, o compromisso legal, em _____ (_____) dias.
- 11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal, em _____ (_____) dias.
- 12 - Comparecer à audiência Inaugural, no dia e hora acima, quando V. Sª. poderá apresentar sua defesa (art. 846 da C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 da C.L.T.), devendo V. Sª. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimento de V. Sª. importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.
- 13 - Cópia da inicial em anexo.

**FAVOR TRAZER CONTESTAÇÃO POR ESCRITO.
COMPARECER À AUDIÊNCIA, ACOMPANHADO
DE ADVOGADO - ART. 133 DA C. F.**

7 246/91
1 998/91

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO
GROSSO - CODEMAT

Bloco do GPO, Centro Político Administrativo.

Cuiabá

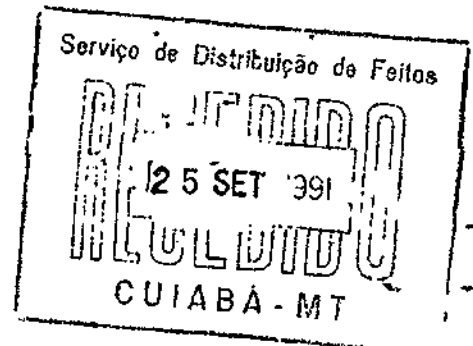
ME

CERTIFICADO que o presente ex-
pediente foi encaminhado ao
destinatário, via postal,
em 31/10/91 5ª feira
Diretor de Secretaria





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA MM. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT.



FRANCISCO DE ASSIS MAYER, brasileiro, casado, Agente Administrativo, domiciliado na cidade de Várzea Grande, onde reside na rua Clóvis Hugney nº 247, doravante denominado RECLAMANTE, por seu advogado "in fine" assinado, com escritório profissional nesta Capital, na rua Galdino Pimentel nº 14, 14º andar, Conj. 141/143 (Edifício Palácio do Comércio), onde recebe as intimações de estilo (art. 39. do CPC), com fundamento nos artigos 837 a 842 do estatuto obreiro, arrimado ainda no art. 7º, XXVI da Constituição da República, respeitosamente, vem, a presença de Vossa Excelência apresentar a presente

RECLAMATÓRIA TRABALHISTA

contra a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT -, sociedade de economia mista pertencente aos quadros da Administração Indireta do Estado, doravante denominada RECLAMADA, que deverá ser notificada na pessoa de seu representante legal em sua sede social localizada no BLOCO G.P.C., Centro Político e Administrativo -CPA-, Palácio Paiaguás, nesta Capital, pelas razões de fato e de direito de ora avante articuladas !



DOS FATOS :

1.- O RECLAMANTE era EMPREGADO celetista da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO -CODEMAT-, ora RECLAMADA, aonde foi admitido em 22/03/90, sendo sem justa causa demitido no dia 27/04/91. Percebeu como último salário que estava "congelado" desde DEZEMBRO/90, Cr.\$ 96.266,90. Tinha estabelecida como data base para reajuste anual de sua remuneração 1º de MAIO, data essa de forma ampla inclusive disciplinada pela Lei Estadual nº. 5025, de 09 de Junho de 1986, recepcionada pelo disposto no art. 147 da vigente Constituição Estadual, ao determinar que a revisão geral da remuneração dos servidores "far-se-á sempre na mesma data".

2.- Obediente a essa sistemática legal regente da política salarial que lhe era aplicável, no dia 28 de Julho de 1990, entre o SINDICATO representante de sua categoria profissional e a RECLAMADA, foi firmado um ACORDO COLETIVO DE TRABALHO para vigor no período de 1º de MAIO de 1990 a 30 de ABRIL de 1991, segundo o qual, dentre outros ajustes, foi convencionado em sua "cláusula" I, versante sobre o "reajuste salarial", reajustamento salarial até o mês de AGOSTO/90, estabelecendo-se em sua cláusula 5.2 que

"Fica aberta a negociação a qualquer tempo, em face da situação econômica do País".

3.- Coerente com essa situação e com o objetivo de repor pelos índices oficiais do IPC as perdas salariais consequentes da inflação acumulada no período de MAIO/90 a agosto/90, período no qual não houve reajustes, devidamente autorizado pelo Governo do Estado de Mato Grosso então representado pelos senhores Secretários de Administração e Fazenda, entre a RECLAMADA (-CODEMAT-), representada por sua DIRETORIA EM EXERCÍCIO e o SINDICATO representante da categoria profissional do RECLAMANTE, em 27 de setembro de 1990 foi adotado o já mencionado ACORDO COLETIVO DE TRABALHO de 28/07/90, firmando-se um TERMO ADITIVO onde pactuado que, "verbis":

"CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

TERMO ADITIVO AO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, CELEBRADO EM 28 DE JULHO P. PASSADO E REGISTRADO NA D.R.T/MT



SOB O Nº 204/90, QUE ENTRE SI
CELEBRARAM O SINDICATO DOS
TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
PROCESSAMENTO DE DADOS DE MATO
GROSSO - SINDPD/MT E A COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO
GROSSO - CODEMAT.

Em reunião realizada no dia 04 de setembro p.
passado, o Governo do Estado, naquele ato
representado pelos Exmos secretários de Estado
da Administração e da Fazenda, e
representantes dos servidores públicos
estaduais, discutiram as perdas salariais da
categoria e uma nova política salarial a ser
aplicada aos vencimentos dos respectivos
servidores.

Por decisão unânime dos participantes, ficou
decidido e conseqüentemente oposto na
competente "Ata de Reunião", que os
percentuais ali definidos seriam aplicados nos
salários dos servidores da Companhia de
Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso-
CODEMAT nos itens e condições a seguir:

1- Na próxima data-base da categoria, ou seja
MAIO/91 a empresa reajustará o salário dos
servidores no percentual de 44,80% (quarenta e
quatro inteiros e oitenta décimos por cento)
referente ao I.P.C. do mês de Abril/90.

2- Nos meses de NOV/90 à ABRIL/91, a empresa
concederá um reajuste total de 49,49%
(quarenta e nove inteiros e quarenta e nove
décimos por cento) referente a inflação
acumulada no período de maio a agosto de 1990,
obedecendo ao parcelamento abaixo
especificado:

- NOV/90 : 03% - (três por cento)
- DEZ/90 : 03% (três por cento)
- Jan/91 : 03% (três por cento)
- Fev/91 : 08% (oito por cento)
- Mar/91 : 12,55% (doze inteiros e
cinquenta e cinco por
cento)
- Abr/91 : 12,55% (doze inteiros e
cinquenta e cinco por
cento)



3- A empresa pagará, ainda nos meses de outubro/90, Dezembro/90, Fevereiro/91 e Abril/91, o percentual de 6,09% (seis inteiros e nove décimos por cento), assegurando um crescimento real no salário da categoria.

4- Finalmente, a empresa adotará uma política salarial trimestral, a iniciar-se o primeiro trimestre em setembro/90 e findar-se em novembro/90, onde o I.P.C. acumulado do período, ou qualquer outro índice oficial que venha a substituí-lo, será creditado na folha de pagamento do mês de dezembro do ano em curso.

O I.P.C. acumulado do segundo trimestre, ou seja Dezembro/90 a Fevereiro/91, será creditado na folha de pagamento do mês de Março/91 e assim sucessivamente.

5- Em atendimento à reivindicação do SINDPD/MT e para evitar quaisquer dúvidas na aplicação dos percentuais dispostos nos itens acima, foi inserido no presente instrumento o quadro demonstrativo abaixo:

mes	Repos.Salarial	Ganho Reais	Política Salarial
Outubro	-----	6.09%	-----
Novembro	3%	-----	-----
Dezembro	3%	6.09%	IPC Set/Out/Nov
Janeiro	3%	-----	-----
Fevereiro	3%	6.09%	-----
Março	12,55%	-----	IPC Dez/Jan/Fev
Abril	12,55%	6.09%	-----
Maior	44,80%	-----	-----

E por estarem as partes certas, justas e acordadas, assinam o presente termo em 03 (três) vias e na presença de 02 (duas).



testemunhas, que se obrigam a cumprir e a fazer por si e/ou seus sucessores, ratificando os demais itens do Acordo Coletivo de Trabalho ora aditado.

Cuiabá, 27 de setembro de 1990

DEJAIR DE SOUZA SOARES
Pres. do SINDPD

JOSÉ MOACIR WITCAZAK
Pres. da Codemat

NILZA DA S. TAQUES VIEIRA
Delegada

LUIZ ANTONIO POSSAS CARVALHO
Dir. Adm. Financeiro

WALDOMIRO DO ALEM RIZK
Delegado

JOSÉ OTTO COSTA SAMPAIO
Dir. Superintendente

BENEDITO RUFINO DA SILVA
Dir. de Operações

4.- O RECLAMADO cumpriu parte do pactuado no TERMO ADITIVO, pagando corretamente os reajustes salariais de:

a) até o mês de DEZEMBRO/91 o previsto na sua cláusula 2, de 3% correspondente ao mês de novembro/90; 3% de dezembro/90;

b) parte do crescimento real do salário mínimo previsto em sua cláusula 3, correspondente a 6,09% de outubro/90 e 6,09% de dezembro/90;

c) Pela mesma forma, pagou no mês de dezembro/90 o percentual do IPC acumulado nos meses de SET/OUT/NOV/90 (conforme cláusula 5).

5.- Nessa sorte, as reposições salariais de 3% de janeiro/91; 8% de fevereiro/91; 12,55% do mês de março/91; 12,55% de abril/91; 6,09% de ganhos reais de fevereiro/91 e 6,09% de abril/91; 44,80% de perdas salariais de maio/91, acrescidos ainda do percentual acumulado do IPC de dez/90, jan/fev/91, de 72,87%, não foram pagos pela RECLAMADA, sob a escusa de haver sido expedida pelo Governo do Estado de Mato Grosso, através de sua "Secretaria de Administração", "DETERMINAÇÃO EXPRESSA" no sentido de não mais cumprir o TERMO ADITIVO objeto desta ação.



DO DIREITO

6.- Do exposto, porém, constata-se que em maio de 1991 o RECLAMANTE já tinham a receber consoante o TERMO ADITIVO, de conformidade com o pactuado, os vencimentos dos meses de JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL E MAIO de 1991, que já não podiam em razão do implemento do termo a que se referiam e a anterioridade das normas em que fixados, estar sujeitos a qualquer redução.

7.- O ACORDO COLETIVO em referência e o TERMO ADITIVO posteriormente acertado entre a RECLAMADA sob o referendado do próprio Governo do Estado, e o órgão sindical representativo de classe do RECLAMANTE, como negócio jurídico, afinado à legislação então vigente, configurou autêntico ato jurídico perfeito que, na lição de JOSÉ AFONSO DA SILVA, nos termos do art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição da República, é "aquele que sob o regime da lei antiga se tornou apto a produzir os seus efeitos pela verificação de todos os requisitos a isso indispensáveis. É perfeito ainda que possa estar sujeito a termo ou condição" (Curso de Direito Constitucional Positivo, pág. 376, 5ª edição revista e atualizada).

8.- A recusa da RECLAMADA em dar integral cumprimento ao TERMO ADITIVO caracteriza inescusável e manifesta violação aos princípios constitucionais da irredutibilidade dos vencimentos e da intangibilidade dos atos jurídicos perfeitos e dos direitos adquiridos.

A se admitir tal precedente, estar-se-á viabilizando que referido ato administrativo da RECLAMADA invada o passado, desconheça o ato jurídico perfeito e casse direitos que já se haviam incorporado ao patrimônio individual do RECLAMANTE, efeitos que a Constituição da República expressa e peremptoriamente recusou até a lei.

9.- Não é demais repetir que a negativa de cumprimento integral do TERMO ADITIVO atinge frontalmente o ato jurídico perfeito e os direitos subjetivos, líquidos, certos e adquiridos do RECLAMANTE, como se fosse possível a RECLAMADA ignorar e afrontar as situações jurídicas de vantagem consolidadas, relativas às remunerações já vencidas, através de um ato viciado, arbitrário, elvado de violência e de manifesta inconstitucionalidade.



Tanto é verdade, que em rescisões de contrato de trabalho de EMPREGADOS por ela, recentemente demitidos, conforme ressalta da inclusa documentação, foi dado integral cumprimento à todas as vantagens pactuadas no Termo Aditivo, configurando a recusa da RECLAMADA em cumpri-lo em relação ao RECLAMANTE verdadeiro ato de odiosa discriminação, ferindo mesmo os princípios constitucionais de que "todos são iguais perante a lei". Tal conduta acarreta manifesta lesão aos seus direitos adquiridos, líquidos e certos, e torna necessária a intervenção corretiva do Poder Judiciário para repará-la, restaurando o Império do Direito.

10.- Acresce ainda, que despedido injustamente no período de 30 dias que antecedem à DATA BASE de seu reajuste salarial, o RECLAMANTE faz jus à indenização adicional de que trata o art.º 9º, da Lei nº 6.708/79, na equivalência de um mês de salário.

11.- Finalmente, disciplina a letra "a" do § 6º do art. 477 da CLT, que o pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão deverá ser efetuado

" até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato. ",

cominando o § 8º do mesmo artigo que a inobservância do aí disposto sujeitará o infrator à multa em favor do empregado, em valor equivalente ao seu salário, que deverá ser paga de forma corrigida desde a data do inadimplemento da obrigação até o dia do efetivo pagamento.

Por assim, trabalhando no curso do prazo do aviso prévio que vigou no interregno de 27/03/91 a 27/04/91, indubitoso que o pagamento das verbas rescisórias deveria ter ocorrido no dia 28/04/91, primeiro dia útil imediato ao término do contrato. Como a RECLAMADA foi quitar a rescisão tão-somente no dia 06/05/91, ao RECLAMANTE assiste o direito de receber a multa prevista no já mencionado § 8º do art. 477 da CLT.

DO PEDIDO

12.- Diante dos fatos apontados, o RECLAMANTE pleiteia o pagamento com juros e correção monetária das verbas salariais abaixo discriminadas, com aplicação do art. 467 da CLT se não satisfeitas na audiência inaugural:



a) NOS TERMOS DA CLÁUSULA 2, do Termo Aditivo:

- I-) reposição salarial de 3% a incidir sobre os salários de dezembro/90, a ser pago no mês de janeiro/91.
- II-) Idem, de 8% a incidir sobre os salários de janeiro/91, a ser pago no mês de fevereiro/91.
- III-) reposição salarial de 12,55% a incidir sobre os salários de FEVEREIRO/91, a ser pago no mês de MARÇO/91;
- IV-) reposição salarial de 12,55% a incidir sobre os salários de MARÇO/91, a ser pago no mês de ABRIL/91;

b) NOS TERMOS DA CLÁUSULA 3 do Termo Aditivo:

- I-) reposição salarial de 6,09% a incidir sobre o salário de janeiro/91, a ser pago no mês de fevereiro/91;
- II-) reposição salarial de 6,09% a incidir sobre o salário de MARÇO/91, a ser pago no mês de ABRIL/91;

c) NOS TERMOS DA CLÁUSULA 5, do Termo Aditivo:

- I-) reposição salarial de 44,80% sobre os salários de ABRIL/91, a ser pago no mês de MAIO/91.

d) NOS TERMOS DA CLÁUSULA 4, do Termos Aditivo:

- I-) IPC a ser pago no mês de MARÇO/91, acumulado nos meses de DEZEMBRO/90 de 18,30%; JANEIRO/91 de 19,91% e FEVEREIRO/91 de 21,87%, totalizando 72,87%.

e) MULTA por infração dos §§ 6º e 8º do art. 477 da CLT,
equivalente ao seu último salário, que deverá ser paga de forma
corrigida, desde a data do inadimplemento da obrigação até o dia
do efetivo pagamento.

f) INDENIZAÇÃO ADICIONAL - art. 9º -Lei nº 6.708/79- na
equivalência de um mês de salário.

g) VERBA FUNDIÁRIA sobre letras "a" usque "f", com acrescimo de
40%, como se apurar em regular execução de sentença.



h) HONORÁRIOS ADVOCATICIOS.

Face ao exposto, requer a Vossa Excelência se digne determinar a notificação do RECLAMADO na pessoa de seu representante legal para comparecer à audiência que for designada, sob pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato, devendo, a final, ser a reclamação julgada procedente e condenada a RECLAMADA no pedido e demais cominações legais.

Protestando pela produção de todas as provas em direito admitidas, sem exclusão de uma só, em especial pelo depoimento pessoal do representante legal da RECLAMADA, oitiva de testemunhas que serão arroladas oportunamente e dando-se à causa para fixar alçada o valor de Cr\$ 1.500.000,00.

P. Deferimento.

CUIABÁ-MT, Maio, 06, 1991.

PP.

WALTER ROSEIRO COUTINHO
OAB/MT nº 3064/A



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO



ANEXO AO PROCESSO Nº _____

4.077/91

DE

04

/ 11

/ 91

INTERESSADO(A) _____

ASSUNTO _____

DESPACHOS E INFORMAÇÕES

311.263.10 x 26.759 - 83.262.88.

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

00 Para uso do processamento

01 Carimbo padronizado do CGC											
02 Empregador C O D E M A T											
03 Código											
04 Endereço PALÁCIO PAIAGUÁS											
05 CEP 78000		06 Bairro C P A		07 Município CUIABÁ		08 UF MT		09 Banco B E M A T			
10 Agência/UF B O S Q U E				11 Cód. Agência				12 Empregado FRANCISCO DE ASSIS MAYER			
13 Carteira de Trabalho (nº, série e UF) 26.819 00001 MT				14 PIS/PASEP 1.703.259.320-6				15 Código empregado		16 Data nascimento 03.10.58	
17 Data admissão 22.03.90		18 Data opção 22.03.90		19 Data afastamento 27.04.91		20 Valor remuneração 96.266,90		21 Aviso prévio 27.03.91		22 Pens. Alm. %	
23 Causa afastamento POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA		24 Cód. saque 01									

DISCRIMINAÇÃO/RECIBO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

25 Indenização anos	Valor -	26 Saldo de salários 27 dias	Valor 86.640,30	27 FGTS-multa rescis. 40 %	Valor 45.155,59
28 Aviso prévio TRABALHADO		29 Comissões		30 TOTAL BRUTO	557.665,96
31 13º salário 4 /12 avos	32.089,00	32 Horas extras		DESCONTOS	
33 13º sal. inden. /12 avos	-	34 Gratificação		35 Previdência	30.484,53
36 Salário-família 90 dias	5.205,00	37 Adicional Insalubridade/periculosidade		38 IRRF	9.883,12
38 Férias vencidas	96.266,90	40 Adicional noturno		41 Adiantamentos	
42 Férias proporc. 4 /12 avos	32.089,00	43 Fev/91	96.266,90	44 Muffatão	29.000,00
45 1/3 salário s/ férias	42.785,30	46 Mar/91	96.266,90	47 Tíchet Aliment.	67.000,00
48 Sal. maternidade dias	-	49 FGTS-mês rescisão mês anterior	24.901,07	50 TOTAL LÍQUIDO RECEBIDO	421.298,31

51 Data de homologação		52 Carimbo e assinatura do empregador/preposto Ricarte de Freitas Junior Dir. Adm. Financeira - CODEMAT - Odete Pinheiro da Silva Chefe Setor Adm. Pessoal - CODEMAT -		53 Impressão digital Empregado		54 Impressão digital Responsável legal	
55 Assinatura do empregado							
56 Assinatura do responsável legal							

RECIBO DO FGTS			58 Data recepção pelo Banco		
57 Carimbo e assinatura autorizada da empresa Ricarte de Freitas Junior Dir. Adm. Financeira - CODEMAT - Odete Pinheiro da Silva Chefe Setor Adm. Pessoal - CODEMAT -					
59 Sacador - Nome FRANCISCO DE ASSIS MAYER					
61 Valor do saque - Depósitos		62 Juros e correção monetária		63 Total do saque	
64 Impressão digital Sacador		65 Impressão Digital Responsável legal		66 Assinatura do sacador	
				67 Assinatura do responsável legal	
Autenticação					

CODEMAT	
Protocolo N°	974-92
Processo N°	909-92
Data	20, 03, 92
Serviço de Protocolo	

Nº PROTOCOLO : 974/92

Nº PROCESSO : 909/92

DATA, 20 / 03 / 92

INTERESSADO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO

ASSUNTO

EXC. SENHA NOTIFICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 1.466/92 EM NOME DE
FRANCISCO DE ASSIS LAYER, REFERENTE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA.



CODEMAT

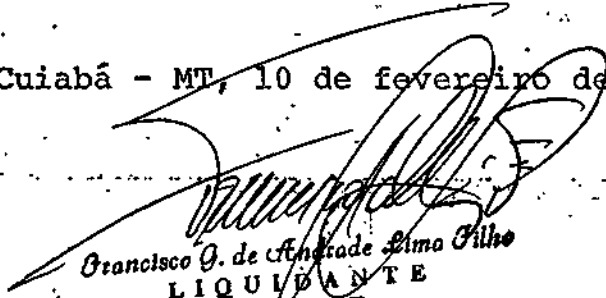
EM LIQUIDAÇÃO

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

**CODEMAT**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSOCARTA DE PREPOSIÇÃO

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT, sociedade anonima de economia mista, inscrita no CGC/MF sob nº 03.474.053/0001-32, sediada no Centro Político e Administrativo - CPA, neste ato representada por seu Liquidante Dr. FRANCISCO GOMES DE ANDRADE LIMA FILHO, brasileiro, casado, advogado, OAB/MT 2171, Procurador do Estado, portador do CPF/MF 336.907.667/63, residente e domiciliado nesta capital, nomeia como seu preposto, o funcionário, Sr. SEBASTIÃO CARLOS CORREA COSTA, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF nº 139.004.981-72, para fim de representá-lo em Reclamação Trabalhista, que lhe move ~~FRANCISCO DE ASSIS MAYER~~ nos Autos nº 527/92 perante a M.M. Junta de Conciliação e julgamento de Cuiabá - MT.

Cuiabá - MT, 10 de fevereiro de 1.992.



Francisco G. de Andrade Lima Filho
LIQUIDANTE
- CODEMAT -



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

JUSTIÇA DO TRABALHO
AV. RUBENS DE MENDONÇA, 491
CEP 78.000 - CUIABÁ - MT

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE

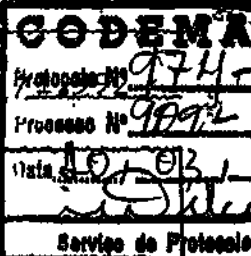
ENDEREÇO:

NOT. INT. Nº 1466/92 / EM 17 / março

PROCESSO Nº 557/92

RECTE.: FRANCISCO DE ASSIS MAYER

RECD.: CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO
CODEMAT-



Pela presente, fica V.Sª. NOTIFICADA para o(s) fim(ns) pre-
visto(s) no(s) item(ns) 01, 12 e 13. abaixo:

- 01 - Comparecer à audiência designada para o dia 13 de julho de 1.992 às
:14 horas e 18 minutos.
- 02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.
- 03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.
- 04 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.
- 05 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.
- 06 - Contra-arrazoar recurso do(a) _____
- 07 - Impugnar Embargos à Execução.
- 08 - Contestar os Embargos de Terceiro autuados sob o Nº _____ / _____
- 09 - Recolher as(os) _____ no valor de Cr\$ _____
- 10 - Prestar, como Perito, o compromisso legal, em _____ (_____) dias.
- 11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal, em _____ (_____) dias.
- 12 - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V.Sª. poderá apresentar sua defesa
(art. 846 da C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 da C.L.T.), devendo
V.Sª. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado
designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não compare-
cimento de V.Sª. importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.
- 13 - Anexar cópia da inicial. A reclamada deverá comparecer à audiência
acompanhada de advogado. Constituição Federal-Art.133.

NOT. 1466/92
PROC 557/92

FAVOR TRAZER CONTESTAÇÃO
POR ESCRITO.

CIA DE DESENVOLVIMENTO DOMESTADO DE MATO GROSSO
CODEMAT

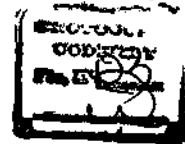
Centro Político e Administrativo-

Cuiabá-

MATO GROSSO



CERTIFICO que o presente ex-
pediente foi encaminhado ao
destinatário, via postal M. A.
em 19/03/92 5ª hora
Diretor da Secretaria



DOS FATOS :

1.- O RECLAMANTE era EMPREGADO celetista da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO -CODEMAT-, ora RECLAMADA, aonde foi admitido em 22/03/90, sendo sem justa causa demitido no dia 27/04/91. Percebeu como último salário que estava "congelado" desde DEZEMBRO/90, Cr.\$ 96.266,90. Tinha estabelecida como data base para reajuste anual de sua remuneração 1º de MAIO, data essa de forma ampla inclusive disciplinada pela Lei Estadual nº. 5025, de 09 de junho de 1986, recepcionada pelo disposto no art. 147 da vigente Constituição Estadual, ao determinar que a revisão geral da remuneração dos servidores "far-se-á sempre na mesma data".

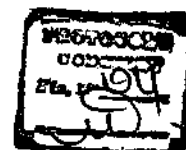
2.- Obediente a essa sistemática legal regente da política salarial que lhe era aplicável, no dia 28 de julho de 1990, entre o SINDICATO representante de sua categoria profissional e a RECLAMADA, foi firmado um ACORDO COLETIVO DE TRABALHO para vigor no período de 1º de MAIO de 1990 a 30 de ABRIL de 1991, segundo o qual, dentre outros ajustes, foi convencionado em sua "cláusula" I, versante sobre o "reajuste salarial", reajustamento salarial até o mês de AGOSTO/90, estabelecendo-se em sua cláusula 5.2 que

"Fica aberta a negociação a qualquer tempo, em face da situação econômica do País".

3.- Coerente com essa situação e com o objetivo de repor pelos índices oficiais do IPC as perdas salariais consequentes da inflação acumulada no período de MAIO/90 a agosto/90, período no qual não houve reajustes, devidamente autorizado pelo Governo do Estado de Mato Grosso então representado pelos senhores Secretários de Administração e Fazenda, entre a RECLAMADA (-CODEMAT-), representada por sua DIRETORIA EM EXERCÍCIO e o SINDICATO representante da categoria profissional do RECLAMANTE, em 27 de setembro de 1990 foi aditado o já mencionado ACORDO COLETIVO DE TRABALHO de 28/07/90, firmando-se um TERMO ADITIVO onde pactuado que, "verbis":

*CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do
Estado de Mato Grosso.

TERMO ADITIVO AO ACORDO COLETIVO DE
TRABALHO, CELEBRADO EM 28 DE JULHO
P. PASSADO E REGISTRADO NA D.R.T/MT



SOB O Nº 204/90, QUE ENTRE SI
CELEBRARAM O SINDICATO DOS
TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
PROCESSAMENTO DE DADOS DE MATO
GROSSO - SINDPD/MT E A COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO
GROSSO - CODEMAT.

Em reunião realizada no dia 04 de setembro p.
passado, o Governo do Estado, naquele ato
representado pelos Exmos secretários de Estado
da Administração e da Fazenda, e
representantes dos servidores públicos
estaduais, discutiram as perdas salariais da
categoria e uma nova política salarial a ser
aplicada aos vencimentos dos respectivos
servidores.

Por decisão unânime dos participantes, ficou
decidido e consequentemente oposto na
competente "Ata de Reunião", que os
percentuais ali definidos seriam aplicados nos
salários dos servidores da Companhia de
Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso-
CODEMAT nos itens e condições a seguir:

1- Na próxima data-base da categoria, ou seja
MAIO/91 a empresa reajustará o salário dos
servidores no percentual de 44,80% (quarenta e
quatro inteiros e oitenta décimos por cento)
referente ao I.P.C. do mês de Abril/90.

2- Nos meses de NOV/90 à ABRIL/91, a empresa
concederá um reajuste total de 49,49%
(quarenta e nove inteiros e quarenta e nove
décimos por cento) referente a inflação
acumulada no período de maio a agosto de 1990,
obedecendo ao parcelamento abaixo
especificados:

- NOV/90 : 03% (três por cento)
- DEZ/90 : 03% (três por cento)
- Jan/91 : 03% (três por cento)
- Fev/91 : 08% (oito por cento)
- Mar/91 : 12,55% (doze inteiros e
cinquenta e cinco por
cento)
- Abr/91 : 12,55% (doze inteiros e
cinquenta e cinco por
cento)



3- A empresa pagará, ainda nos meses de outubro/90, Dezembro/90, Fevereiro/91 e Abril/91, o percentual de 6,09% (seis inteiros e nove décimos por cento), assegurando um crescimento real no salário da categoria.

4- Finalmente, a empresa adotará uma política salarial trimestral, a iniciar-se o primeiro trimestre em setembro/90 e findar-se em novembro/90, onde o I.P.C. acumulado do período, ou qualquer outro índice oficial que venha a substituí-lo, será creditado na folha de pagamento do mês de dezembro do ano em curso.

O I.P.C. acumulado do segundo trimestre, ou seja Dezembro/90 à Fevereiro/91, será creditado na folha de pagamento do mês de Março/91 e assim sucessivamente.

5- Em atendimento à reivindicação do SINDPD/MT e para evitar quaisquer dúvidas na aplicação dos percentuais dispostos nos itens acima, foi inserido no presente instrumento o quadro demonstrativo abaixo:

mes	Repos.Salarial	Ganho Reais	Política Salarial
Outubro	-----	6.09%	-----
Novembro	3%	-----	-----
Dezembro	3%	6.09%	IPC Set/Out/Nov
Janeiro	3%	-----	-----
Fevereiro	3%	6.09%	-----
Março	12,55%	-----	IPC Dez/Jan/Fev
Abril	12,55%	6.09%	-----
Maio	44,80%	-----	-----



E por estarem as partes certas, justas e acordadas, assinam o presente termo em 03 (três) vias e na presença de 02 (duas) testemunhas, que se obrigam a cumprir e a fazer por si e/ou seus sucessores, ratificando os demais Itens do Acordo Coletivo de Trabalho ora aditado.

Cuiabá, 27 de setembro de 1990

DEJAIR DE SOUZA SOARES
Pres. do SINDPD

JOSÉ MOACIR WITCAZAK
Pres. da Codemat

NILZA DA S. TAQUES VIEIRA
Delegada

LUIZ ANTONIO POSSAS CARVALHO
Dir. Adm. Financeiro

WALDOMIRO DO ALEM RIZK
Delegado

JOSÉ OTTO COSTA SAMPAIO
Dir. Superintendente

BENEDITO RUFINO DA SILVA
Dir. de Operações

4.- O RECLAMADO cumpriu parte do pactuado no TERMO ADITIVO, pagando corretamente os reajustes salariais de:

a) até o mês de DEZEMBRO/91 o previsto na sua cláusula 2, de 3% correspondente ao mês de novembro/90; 3% de dezembro/90;

b) parte do crescimento real do salário mínimo previsto em sua cláusula 3, correspondente a 6,09% de outubro/90 e 6,09% de dezembro/90;

c) Pela mesma forma, pagou no mês de dezembro/90 o percentual do IPC acumulado nos meses de SET/OUT/NOV/90 (conforme cláusula 5).

5.- Nessa sorte, as reposições salariais de 3% de janeiro/91; 8% de fevereiro/91; 12,55% do mês de março/91; 12,55% de abril/91; 6,09% de ganhos reais de fevereiro/ 91 e 6,09% de abril/91; 44,80% de perdas salariais de maio/91, acrescidos ainda do percentual acumulado do IPC de dez/90, Jan/fev/91, de 72,87%, não foram pagos pela RECLAMADA, sob a escusa de haver sido expedida pelo Governo do Estado de Mato Grosso, através de sua "Secretaria de Administração", "DETERMINAÇÃO EXPRESSA" no sentido de não mais cumprir o TERMO



ADITIVO objeto desta ação.

DO DIREITO

6.- Do exposto, porém, constata-se que em maio de 1991 o RECLAMANTE já tinham a receber consoante o TERMO ADITIVO, de conformidade com o pactuado, os vencimentos dos meses de JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL E MAIO de 1991, que já não podiam em razão do implemento do termo a que se referiam e a anterioridade das normas em que fixados, estar sujeitos a qualquer redução.

7.- O ACORDO COLETIVO em referência e o TERMO ADITIVO posteriormente acertado entre a RECLAMADA sob o referendado do próprio Governo do Estado, e o órgão sindical representativo de classe do RECLAMANTE, como negócio jurídico, afinado à legislação então vigente, configurou autêntico ato jurídico perfeito que, na lição de JOSÉ AFONSO DA SILVA, nos termos do art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição da República, é "aquele que sob o regime da lei antiga se tornou apto a produzir os seus efeitos pela verificação de todos os requisitos a isso indispensáveis. É perfeito ainda que possa estar sujeito a termo ou condição" (Curso de Direito Constitucional Positivo, pág. 376, 5ª edição revista e atualizada).

8.- A recusa da RECLAMADA em dar integral cumprimento ao TERMO ADITIVO caracteriza inescusável e manifesta violação aos princípios constitucionais da irredutibilidade dos vencimentos e da intangibilidade dos atos jurídicos perfeitos e dos direitos adquiridos.

A se admitir tal precedente, estar-se-á viabilizando que referido ato administrativo da RECLAMADA invada o passado, desconheça o ato jurídico perfeito e casse direitos que já se haviam incorporado ao patrimônio individual do RECLAMANTE, efeitos que a Constituição da República expressa e peremptoriamente recusou até a lei.

9.- Não é demais repetir que a negativa de cumprimento integral do TERMO ADITIVO atinge frontalmente o ato jurídico perfeito e os direitos subjetivos, líquidos, certos e adquiridos do RECLAMANTE, como se fosse possível a RECLAMADA ignorar e afrontar as situações jurídicas de vantagem consolidadas, relativas às remunerações já vencidas, através de um ato viciado, arbitrário, elivado de violência e de manifesta inconstitucionalidade.

Tanto é verdade, que em rescisões de contrato de trabalho de EMPREGADOS por ela recentemente demitidos, conforme ressalta da inclusa documentação, foi dado



integral cumprimento à todas as vantagens pactuadas no Termo Aditivo, configurando a recusa da RECLAMADA em cumpri-lo em relação o RECLAMANTE verdadeiro ato de odiosa discriminação, ferindo mesmo os princípios constitucionais de que "todos são iguais perante a lei". Tal conduta acarreta manifesta lesão aos seus direitos adquiridos, líquidos e certos, e torna necessária a intervenção corretiva do Poder Judiciário para repará-la, restaurando o Império do Direito.

10.- Finalmente, disciplina a letra "a" do § 6º do art. 477 da CLT, que o pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão deverá ser efetuado

"até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato.",

cominando o § 8º do mesmo artigo que a inobservância do aí disposto sujeitará o infrator à multa em do empregado, em valor equivalente ao seu salário, que deverá ser paga de forma corrigida desde a data do inadimplemento da obrigação até o dia do efetivo pagamento.

Por assim, trabalhando no curso do prazo do aviso prévio que vigeu do interregno de 27/03 a 27/04/91, indubitoso que o pagamento das verbas rescisórias deveria ter ocorrido no dia 28/04/91, primeiro dia útil imediato ao término do contrato. Como a RECLAMADA foi quitar a rescisão tão somente no dia 06/05/91, ao RECLAMANTE assiste no direito de receber a multa prevista no já mencionado § 8º, do art. 477 da CLT.

DO PEDIDO

11.- Diante dos fatos apontados, o RECLAMANTE pleiteia o pagamento com juros e correção monetária das verbas salariais abaixo discriminadas, com aplicação do art. 467 da CLT se não satisfeitas na audiência inaugural:

a) NOS TERMOS DA CLÁUSULA 2, do Termo Aditivo;

I-) reposição salarial de 3% a incidir sobre os salários de dezembro/90, a ser pago no mês de janeiro/91.

II-) Idem, de 8% a incidir sobre os salários de



Janeiro/91, a ser pago no mês de fevereiro/91.

III-) reposição salarial de 12,55% a incidir sobre os salários de FEVEREIRO/91, a ser pago no mês de MARÇO/91;

IV-) reposição salarial de 12,55% a incidir sobre os salários de MARÇO/91, a ser pago no mês de ABRIL/91;

b) NOS TERMOS DA CLÁUSULA 3 do Termo Aditivos:

I-) reposição salarial de 6,09% a incidir sobre o salário de Janeiro/91, a ser pago no mês de fevereiro/91;

II-) reposição salarial de 6,09% a incidir sobre o salário de MARÇO/91, a ser pago no mês de ABRIL/91;

c) NOS TERMOS DA CLÁUSULA 5, do Termo Aditivos:

I-) reposição salarial de 44,80% sobre os salários de ABRIL/91, a ser pago no mês de MAIO/91.

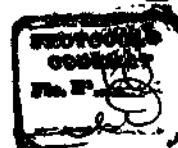
d) NOS TERMOS DA CLÁUSULA 4, do Termos Aditivos:

I-) IPC a ser pago no mês de MARÇO/91, acumulado nos meses de DEZEMBRO/90 de 18,30%; JANEIRO/91 de 19,91% e FEVEREIRO/91 de 21,87%, totalizando 72,87%.

e) MULTA por infração dos §§ 6º e 8º do art. 477 da CLT, equivalente ao seu último salário, que deverá ser paga de forma corrigida, desde a data do inadimplemento da obrigação até o dia do efetivo pagamento.

f) VERBA FUNDIÁRIA sobre letras "a" usque "e", com acrescimo de 40%, como se apurar em regular execução de sentença.

g) HONORÁRIOS ADVOCATICIOS.



Face ao exposto, requer a Vossa Excelência se digne determinar a notificação do RECLAMADO na pessoa de seu representante legal para comparecer à audiência que for designada, sob pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato, devendo, a final, ser a reclamação julgada procedente e condenada a RECLAMADA no pedido e demais cominações legais.

Protestando pela produção de todas as provas em direito admitidas, sem exclusão de uma só, em especial pelo depoimento pessoal do representante legal da RECLAMADA, oitiva de testemunhas que serão arroladas oportunamente e dando-se à causa para fixar alcada o valor de Cr\$ 1.500.000,00.

P. Deferimento.

CUIABÁ-MT, Fevereiro 27, 1992.

PP.

MARCO ANTONIO ROSEIRO COUTINHO
OAB/MT nº 3.635



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO



ANEXO AO PROCESSO Nº _____

909/92 DE 20 / 03 / 92

INTERESSADO(A) _____

ASSUNTO _____

DESPACHOS E INFORMAÇÕES



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA 1ª. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E
JULGAMENTO DE CUIABA - MATO GROSSO.

Processo no. 12.557/92

Reclamante: FRANCISCO DE ASSIS MAYER

Reclamada : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO
- CODEMAT.

A Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, sociedade anônima de economia mista, inscrita no CGC do MF sob no. 03.474.053.0001/32, sediada no Centro Político e Administrativo - C.P.A. - Bloco GPC, nesta capital, por um de seus procuradores, abaixo assinado, vem apresentar sua CONTESTAÇÃO, no processo acima, e o faz pelos motivos que passa a expor e a requerer:

1. O Reclamante foi demitido em 27.04.91, percebendo 'a época, salário mensal de Cr\$76.266,90 (noventa e seis mil, duzentos e sessenta e seis cruzeiros, noventa centavos), não sendo verdadeira a frágil alegação de que a Reclamada não quitou, na sua totalidade, as verbas trabalhistas que lhes eram devidas.

2. E imperioso lembrar, que "A lei estadual 5.025 de 09.06.86, recepcionada pelo disposto no artigo 467 da Constituição Estadual" a que se refere o Reclamante, - foi modificada pela lei superviniente de no. 8.178 de 01.03.91, que traçou normas e novas diretrizes sobre a política de preços e

i f



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

salários, ficando, portanto, o pedido do Reclamante, prejudicado, em seu petitório no itens 1 e 2.

3. Quanto ao cumprimento do ACORDO COLETIVO DE TRABALHO e TERMO ADITIVO, a que se refere, no item 3, e que o Reclamante transcreve, a lei 8.178/91, entende que ele é CELETISTA, e não funcionário público, e por consequência, está abrangido pelo ditames do referido dispositivo legal.

Nesse sentido, a douta Procuradoria Geral do Estado, emitiu Parecer de no. 100/91, (em anexo), entendendo que o ACORDO COLETIVO DE TRABALHO e seu respectivo TERMO ADITIVO, devem ser declarados NULOS de pleno direito, não se aplicando as sociedades de economia mista, como é o caso vertente.

4. Quando o Reclamante se refere, no item 4, de que a "Reclamada cumpriu parte do acordo", é necessário lembrar que tais pagamentos se referem até 28 de fevereiro de 1.991, isto é, antes da vigência da lei 8.178, ficando desta forma, prejudicados os valores e percentagens, a que se baseia o Reclamante, no item 5 de sua pretensão inicial.

5. A Reclamada é uma sociedade de economia mista, com participação majoritária do Estado, de acordo com a lei 2.626 de 07.07.66, artigo 100..

Nesse contexto, e combinando com o artigo 128, parágrafo único da Constituição Federal, a Reclamada, se insere na Administração Indireta do Estado, sujeita, portanto, as várias determinações emanadas do Direito Público, tais como processo licitatório; análise da legalidade de despesas pelo Tribunal de Contas do Estado e equiparação de seus funcionários e dirigentes a funcionários públicos, para efeitos penais, sem perder todavia, a qualidade de empresa privada.

E assim que determina o artigo 173, parágrafo 10. da Constituição Federal, "in verbis":

"Art. 173 - ...

Parágrafo 10. - A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto as obrigações trabalhistas e tributárias".
(grifos nossos).

6. Nos itens 6 "usque" 10, o Reclamante joga com as palavras de maneira confusa, sem no entanto demonstrar de maneira inequívoca a sua pretensão e tenta ludibriar a Justiça com pretensão direito e com verbas que são apenas meras expectativas, não gerando nenhum direito.

O Acordo Coletivo de Trabalho e Termo

2 f



CODMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

Aditivo, estão sendo questionados na Justiça Trabalhista, através dos processos 1.607/91 e 1.920/91, distribuídos na 1a. Junta de Conciliação e Julgamento desta capital e ainda não foram sentenciados.

7. Não há, por final, em se falar em verbas incontroversas, com o "pallium" do artigo 467 da CLT, como pretende o Reclamante, pois o festejado e renomado MOZART VICTOR RUSSOMANO, em "Comentários à CLT" - 13a. ed. - Ed. Forense fls. 481/482, assim se manifesta:

" I - ...

II- SALARIO INCONTROVERSO - a PORÇÃO salarial que deve ser paga de imediato, em juízo, é aquela sobre a qual não há a menor dúvida, sendo reconhecida pelo devedor. Mesmo que a parte sobre a qual há contrpversia seja favorável ao empregado--- por ter havido controvérsia--- nunca será paga em dobro".

8. Quanto ao item 11, suas alíneas e incisos, o Reclamante se torna repetitivo, e sua aplicabilidade ou não à Reclamada, está condicionada a validade e ao reconhecimento do Acordo Coletivo de Trabalho e Termo Aditivo.

Protesta provar o alegado com todas as formas de direito admitidas, depoimento pessoal do Reclamante, desde já requerido e oitiva de testemunhas que serão arroladas oportunamente.

Termos em que i. esta
Pede deferimento.

Cuiabá 22 de janeiro de 1.992.


Diego Douglas Carmona
Advº. OAB/MT N.º 761
- CODEMAT -


Elpidio Onofre Claro
OAB-MT 8347-A

CODEMAT
Protocolo N° <u>2.677/93</u>
Processo N° <u>1.912/93</u>
Data <u>04/06/93</u>
<i>[Assinatura]</i>
Serviço de Protocolo

N° PROTOCOLO: 2.677/93

N° PROCESSO: 1.912/93

DATA, 04 / 06 / 93

2/8 = 1335H
972/93

INTERESSADO

~~FRANCISCO DE ASSIS MAYER~~

ASSUNTO

ENCAMINHA NOTIFICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 2.628/93 JUNTO COM A 2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO, REFERENTE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA.



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 23.ª REGIÃO

CODEMAT
Protocolo Nº 2.674/93
Processo Nº 5.912/93
Data 04.6.93
[Assinatura]
Serviço de Protocolo

PROTÓCOLO
CODEMAT
Fls. 21
[Assinatura]

23 JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MT

ENDEREÇO: Av. RUBENS DE MENDONÇA, 491

NOT. INT. N.º 2628 / 93 EM02 / junho / 1993

PROCESSO N.º 972 / 93

RECTE.: FRANCISCO DE ASSIS MAYER

RECDO.: CIA DE DESEV. DO EST. DE MT - CODEMAT

- Pela presente, fica V. Sa. notificada para o(s) fim(ns) previsto(s) no(s) item(ns) 01, 12 e 13 abaixo:
- 01 - Comparecer à audiência para o dia 02 de agosto de 1993 às 13 (treze) horas e 35 (trinta e cinco) minutos.
 - 02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.
 - 03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.
 - 04 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.
 - 05 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.
 - 06 - Contra-arrazoar recurso do(a) _____
 - 07 - Impugnar Embargos à Execução.
 - 08 - Contestar os Embargos de Terceiros autuados sob o N.º _____ / _____
 - 09 - Recolher as (os) _____ no valor de Cr\$ _____
 - 10 - Prestar, como Perito, o compromisso legal, em _____ (_____) dias.
 - 11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal em _____ (_____) dias.
 - 12 - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V. Sa. poderá apresentar sua defesa (Art. 846 da C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (Arts. 821 e 845 da C.L.T.); devendo V. Sa. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1.º do artigo 843 consolidado. O não comparecimento de V. Sa. importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.
 - 13 - Favor trazer contestação por escrito
Anexo cópia da inicial
A RECLAMADA deverá comparecer à audiência acompanhada de seu advogado (Const. Federal - art. 133).

CIA. DE DESEV. DO EST. DE MATO GROSSO - CODEMAT

BLOCO GPC-CENTRO POLÍTICO ADM-CPA-PALÁCIO PALATINAS

CUIABÁ

CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal, em 03/06/93 - 5ª feira
Diretor de Secretaria

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA MM. JUNTA DE
CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT.



FRANCISCO DE ASSIS MAYER, brasileiro, casado, agente administrativo, portador da CI/RG nº 70.901/SSP-RO, domiciliado na cidade de Várzea Grande-MT, onde reside na rua Clóvis Hugnei, 247, bairro Aeroporto, doravante denominado "RECLAMANTE", por seu advogado "in fine" assinado, com escritório profissional nesta Capital, na rua Galdino Pimentel nº 14, 12º andar, Conj. 141/143 (Edifício Palácio do Comércio), onde recebe as intimações de estilo (art. 39. do CPC), com fundamento nos artigos 837 a 842 do estatuto obreiro, arrimadas ainda no art. 7º, XXVI da Constituição da República, respeitosamente, vêm, a presença de Vossa Excelência apresentar a presente

RECLAMATORIA TRABALHISTA

contra a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODENAT** -, sociedade de economia mista pertencente aos quadros da Administração Indireta do Estado, doravante denominada **RECLAMADA**, que devera ser notificada na pessoa do seu representante legal em Cuiabá-MT, para a apresentação da defesa, nesta Capital, pelas razões de fato e de direito de ora avante articuladas:



DOS FATOS :

1.- O RECLAMANTE era empregado celetista da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO -CODEMAT-, ora RECLAMADA, donde foi ~~exaltado~~ ^{exaltado} em 22/03/90, sendo sem justa causa ~~exaltado~~ ^{exaltado} ~~em 22/03/90~~ ^{em 22/03/90}. Percebeu como último salário que estava "congelado" desde DEZEMBRO/90, Cr\$ 96.266,90. Tinha estabelecida, como data base para reajuste anual de sua remuneração 1º de MAIO, data essa de forma ampla inclusive disciplinada pela Lei Estadual nº 5025, de 09 de junho de 1986, recepcionada pelo disposto no art. 147 da vigente Constituição Estadual, ao determinar que a revisão geral da remuneração dos servidores "far-se-á sempre na mesma data".

2.- Obediente a essa sistemática legal regente da política salarial que lhe era aplicável, no dia 28 de Julho de 1990, entre o SINDICATO representante de sua categoria profissional e a RECLAMADA, foi firmado um ACORDO COLETIVO DE TRABALHO para vigor no período de 1º de MAIO de 1990 a 30 de ABRIL de 1991, segundo o qual, dentre outros ajustes, foi convencionado em sua "cláusula" I, versante sobre o "reajuste salarial", reajustamento salarial até o mês de AGOSTO/90, estabelecendo-se em sua cláusula 3.2 que

"Fica aberta a negociação a qualquer tempo, em face da situação econômica do país".

3.- Coerente com essa situação e com o objetivo de repor pelos índices oficiais do IPC as perdas salariais consequentes da inflação acumulada no período de MAIO/90 a agosto/90, período no qual não houve reajustes, devidamente autorizado pelo Governador do Estado de Mato Grosso então representado pelos senhores Secretários de Administração e Fazenda, entre a RECLAMADA (-CODEMAT-), representada por sua DIRETORIA EM EXERCÍCIO e o SINDICATO representante da categoria profissional do RECLAMANTE, em 27 de setembro de 1990 foi aditado o já mencionado ACORDO COLETIVO DE TRABALHO de 28/07/90, firmando-se um TERMO ADITIVO onde pactuado que, "verbis":

"CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso

TERMO ADITIVO AO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO CELEBRADO EM 28/07/90, CELEBRADO EM 28 de JULHO P. PASSADO E REGISTRADO NA D.R.T./MT sob o nº 204/90, QUE ENTRE SI CELEBRAM O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE MATO GROSSO- SINDFO/MT E A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT.



Em reunião realizada no dia 04 de setembro p. passado, o Governador do Estado, naquele ato representado pelos Exmos secretários de Estado da Administração e da Fazenda, e representantes dos servidores públicos estaduais, discutiram as perdas salariais da categoria e uma política salarial a ser aplicada aos vencimentos dos respectivos servidores.

Por decisão unânime dos particulares, ficou decidido e consequentemente oposto na competente "Ata de Reunião", que os percentuais ali definidos seriam aplicados nos salários dos servidores da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso- CODEMAT nos itens e condições a seguir:

1- Na próxima data-base da categoria, ou seja MAIO/91 a empresa reajustará o salário dos servidores no percentual de 44,80% (quarenta e quatro inteiros e oitenta décimos por cento) referente ao I.P.C do mês de Abril/90.

2- Nos meses de Nov/90 a Abril/91, a empresa concederá um reajuste total de 49,49% (quarenta e nove inteiros e quarenta e nove décimos por cento) referente a inflação acumulada no período de maio a agosto de 1990, obedecendo ao parcelamento abaixo especificado:

- NOV/90	3% (três por cento)
- DEZ/90	3% (três por cento)
- JAN/91	3% (três por cento)
- FEV/91	8% (oito por cento)
- MAR/91	12.55% (doze inteiros e cinquenta e cinco por cento)
- ABR/91	12.55% (doze inteiros e cinquenta e cinco por cento)

3- A empresa pagará, ainda nos meses de outubro/90, Dezembro/90, Fevereiro/91 e Abril/91, o percentual de 6,09% (seis inteiro e nove décimo por cento), assegurando um crescimento real no salário da categoria.

4- Finalmente, a empresa adotará uma política salarial trimestral, a iniciar-se o primeiro trimestre em setembro/90 e findar-se em novembro/90, onde o I.P.C. acumulado do período, ou qualquer outro índice oficial que venha substituí-lo, será creditado na folha de pagamento do mês de dezembro do ano em curso.

O I.P.C. acumulado do segundo trimestre, ou seja Dezembro/90 a Fevereiro/91, será creditado na folha de pagamento do mês de Março/91 e assim sucessivamente.



5- Em atendimento a reivindicação do SINDPD/MT e para evitar quaisquer dúvidas na aplicação dos percentuais dispostos nos ítem 1 e 2 da cláusula 2, os percentuais dispostos nos ítem acima, foi inserido no presente instrumento o quadro demonstrativo abaixo:

mes	Rep. Salarial	Ganhos Reais	Política Salarial
Outubro	-----	6.09%	-----
Novembro	3%	-----	-----
Dezembro	3%	6.09%	IPC Set/Out/Nov
Janeiro	3%	-----	-----
Fevereiro	3%	6.09%	-----
Março	12,55%	-----	IPC Dez/Jan/Fev
Abril	12,55%	6.09%	-----
Maio	44,80%	-----	-----

E por estarem as partes certas, justas e acordadas, assinam o presente termo em 03 (três) vias e na presença de 02 (duas) testemunhas, que se obrigam a cumprir e a fazer por si e/ou seus sucessores, ratificando os demais ítem do Acordo Coletivo de Trabalho ora aditado.

Cuiabá, 27 de setembro de 1990

DEJAIR DE SOUZA SOARES
Pres. do SINDPD

JOSE MOACIR WITCAZAK
Pres. da Codemat

NILZA DA S. TAQUES VIEIRA
Delegada

LUIZ ANTONIO POSSAS CARVALHO
Dir. Adm. Financeiro

WALDOMIRO DO ALEM RIZK
Delegado

JOSE OTTO COSTA SAMPAIO
Dir. Superintendente

BENEDITO RUFINO DA SILVA
"Dir. de Operações"

4.- O RECLAMADO cumpriu parte do pactuado no TERMO ADITIVO, pagando corretamente os reajustes salariais de:

a) até o mês de Dezembro/91 o previsto na sua cláusula 2, de 3% correspondente ao mês de novembro/90, 3% de dezembro/90;



b) parte do crescimento real do salário mínimo previsto em sua cláusula 3, correspondente a 6,09% de outubro/90 e 6,09% de dezembro/90;

c) pela mesma forma, pagou no mês de dezembro/90 o percentual do IPC acumulado nos meses de SET/OUT/NOV/90 (conforme cláusula 3).

5.- Nessa sorte, as reposições salariais de 3% de Janeiro/91; 8% de fevereiro/91; 12,55% do mês de março/91; 12,55% de abril/91; 6,09% de ganhos reais de fevereiro/91 e 6,09% de abril; 44,80% de perdas salariais de maio/91, acrescidos ainda do percentual acumulado do IPC de dez/90, jan/fev/91, de 72,87%, não foram pagos pela RECLAMADA, sob a escusa de haver sido expedida pelo Governo do Estado de Mato Grosso, através de sua "Secretaria de Administração", "DETERMINAÇÃO EXPRESSA" no sentido de não mais cumprir o TERMO ADITIVO objeto desta ação.

DO DIREITO

6.- Do exposto, porém, constata-se que em outubro de 1991 o RECLAMANTE já tinham a receber consoante o TERMO ADITIVO, de conformidade com o pactuado, os vencimentos dos meses de JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL E MAIO de 1991, que já não podiam em razão do implemento do termo a que se referiam e a anterioridade das normas em que fixados, estar sujeitos a qualquer redução.

7.- O ACORDO COLETIVO em referência e o TERMO ADITIVO posteriormente acertado entre a RECLAMADA sob o referendado do próprio Governo do Estado, e o órgão sindical representativo de classe do RECLAMANTE, como negócio jurídico, afinado à legislação então vigente, configurou autêntico ato jurídico perfeito que, na lição de JOSÉ AFONSO DA SILVA, nos termos do art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição da República, é "aquele que sob o regime da lei antiga se tornou apto a produzir os seus efeitos pela verificação de todos os requisitos a isso indispensável". É perfeito ainda que possa estar sujeito a termo ou condição (Curso de Direito Constitucional Positivo, pág. 376, 5ª edição revista e atualizada).

8.- A recusa da RECLAMADA em dar integral cumprimento ao TERMO ADITIVO caracteriza inequívoco e manifesta violação aos princípios constitucionais da irredutibilidade dos vencimentos e da intangibilidade dos atos jurídicos perfeitos e dos direitos adquiridos.

A se admitir tal precedente, estar-se-á viabilizando que referido ato administrativo da RECLAMADA invada o passado, desconheça o ato jurídico perfeito e casse direitos



que já se haviam incorporado ao patrimônio individual do RECLAMANTE, efeitos que a Constituição da República expressa e peremptoriamente recusou até a lei.

9.- Não é demais repetir que a negativa de cumprimento integral do TERMO ADITIVO atinge frontalmente o ato jurídico perfeito e os direitos subjetivos, líquidos, certos e adquiridos da RECLAMANTE, como se fosse possível a RECLAMADA ignorar e afrontar as situações jurídicas de vantagem consolidadas, relativas às remunerações já vencidas, através de um ato viciado, arbitrário, eivado de violência e de manifesta inconstitucionalidade.

Tanto é verdade, que em rescisões de contrato de trabalho de EMPREGADOS por ela recentemente demitidos de trabalho, conforme ressalta da inclusa documentação, foi dado integral cumprimento a todas as vantagens pactuadas no Termo Aditivo, configurando a recusa da RECLAMADA em cumpri-lo em relação a RECLAMANTE verdadeiro ato de odiosa discriminação, ferindo mesmo os princípios constitucionais de que "todos são iguais perante a lei". Tal conduta acarreta manifesta lesão aos seus direitos adquiridos, líquidos e certos, e torna necessária a intervenção corretiva do Poder Judiciário para repará-la, restaurando o Império do Direito.

10.- Finalmente, disciplinada a letra "a" do 6º do art. 477 da CLT, que o pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão deverá ser efetuado.

"até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato".

cominando o § 8º do mesmo artigo que a inobservância do qí disposto sujeitará o infrator a multa em favor do empregado, em valor equivalente ao seu salário, que deverá ser paga de forma corrigida desde a data do inadimplemento da obrigação até o dia do efetivo pagamento.

Por assim, trabalhando no curso do prazo do aviso prévio que vigou no interregno de 27/03 a 27/04/91, indubitoso que o pagamento das verbas rescisórias deveria ter ocorrido no dia 28/04/91, primeiro dia útil imediato ao término do contrato. Como a RECLAMADA foi quitar a rescisão tão-somente no dia 06/05/91, ao RECLAMANTE assiste o direito de receber a multa, no já mencionado § 8º, do art. 477 da CLT.

DO PEDIDO

11.- Diante dos fatos apontados, o RECLAMANTE pleiteia o pagamento com Juros e correção monetária das verbas salariais abaixo discriminadas, com aplicação de art. 467 da CLT, se não satisfeitas na audiência inaugural:



a) NOS TERMOS DA CLÁUSULA 2, do Termo Aditivo:

- I-) reposição salarial de 3% a incidir sobre os salários de dezembro/90, a ser pago no mês de janeiro/91.
- II-) idem, de 3% a incidir sobre os salários de janeiro/91, a ser pago no mês de fevereiro/91.
- III-) reposição salarial de 12,55% a incidir sobre os salários de FEVEREIRO/91, a ser pago no mês de MARÇO/91;
- IV-) reposição salarial de 12,55% a incidir sobre os salários de MARÇO/91, a ser pago no mês de ABRIL/91;

b) NOS TERMOS DA CLÁUSULA 3 do Termo Aditivo:

- I-) reposição salarial de 6,09% a incidir sobre o salário de janeiro/91, a ser pago no mês de fevereiro/91;
- II-) reposição salarial de 6,09% a incidir sobre o salário de MARÇO/91, a ser pago no mês de ABRIL/91;

c) NOS TERMOS DA CLÁUSULA 5, do Termo Aditivo:

- I-) reposição salarial de 44,80% sobre os salários de ABRIL/90, a ser pago no mês de MAIO/90.

d) NOS TERMOS DA CLÁUSULA 4, DO Termo Aditivo:

- I-) IPC a ser pago no mês de MARÇO/91, acumulado nos meses de DEZEMBRO/90 de 18,30%; JANEIRO/91 de 19,91% e FEVEREIRO/91 de 21,87%, totalizando 72,87%.

e) MULTA por infração dos 6º e 8º do art. 477 da CLT, equivalente ao seu último salário, que deverá ser paga de forma corrigida, desde a data do inadimplemento da obrigação até o dia do efetivo pagamento.



f) VERBA FUNDIÁRIA sobre letras "a" usque "f", com acrescimo de 40%, como se apurar em regular execucao de sentenca.

g) HONORÁRIOS ADVOCATICIOS.

12.- Face ao exposto, requer a Vossa Excelência se digne determinar a notificacao do RECLAMADO na pessoa de seu representante legal para comparecer a audiencia que for designada, sob pena de revelia e confissao quanto a matèria de fato, devendo, a final, ser a reclamação julgada procedente e condenada a RECLAMADA no pedido e demais cominações legais.

Protestando pela producao de todas as provas em direito admitidas, sem exclusao de uma só, em especial pelo depoimento pessoal do representante legal da RECLAMADA, oitiva de testemunhas que serão arroladas oportunamente e dando-se à causa para fixar alcada o valor de Cr\$ 10.000.000.00.

P. DEFERIMENTO.

CUIABÁ-MT, ~~17/05/2011~~

PP.

MARCO ANTONIO ROSEIRO COUTINHO
OAB/MT n° 3.635



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA 2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE
CUIABÁ - ESTADO DE MATO GROSSO.

REF. PROCESSO Nº 972/93

RECLAMANTE: FRANCISCO DE ASSIS MAYER

Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Gros
so - CODEMAT, sociedade anônima de economia mista, inscrita no CGC/MF sob
nº 03.474.053/0001-32, sediada no Centro Político Administrativo - CPA, Pa
lácio Paiaguás, nesta Capital por seu procurador, abaixo assinado, vem à
presença de Vossa Excelência, para **C O N T E S T A R** a presente ação tra
balhista, que lhe move a reclamante acima, e o faz pelos motivos que passa
a expor e a requerer:

1. PRELIMINARMENTE

Requer, a improcedencia do pedido por estar pres-
crito o direito de postular da reclamante.

As verbas pleiteadas, estão prescritas em 27.04.93,
tendo a presente ação sido proposta em 10.05.93.

h



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

O Acordo Coletivo de Trabalho e seu Termo Aditivo, a que se refere o reclamante estão prescritas. Por outro lado as verbas que diz ter direito, estão totalmente quitadas, pelo termo de rescisão contratual, firmado pela reclamante em 27.04.91.

2. NO MÉRITO

As verbas pleiteadas se referem a pretensos direitos da reclamante durante o pacto laboral, também prescritas, perante a Justiça do Trabalho, não podendo merecer guarida a suplica da reclamante, razão pela qual se requer, o arquivamento do presente feito.

Termos em que j. esta

P. Deferimento.

Cuiabá-MT, 23 de junho de 1.993.


Diogo Douglas Carmona
Advogado - OAB MT 751
CPF 021705401 - 30

02

agosto

93

2

Cuiabá-MT

JOÃO CARLOS RIBEIRO DE SOUZA

2

972 93

FRANCISCO DE ASIS MAYER

CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MT-CODEMAT.

14:00

Ausente o reclamante, presente o seu patron Dr. Marcos Ribeiro Coutinho, OAB/MT.

Presente a reclamada através do preposto Sr. Sebastião Carlos C. Costa, acompanhado pelo Dr. Diego Douglas Carneiro, OAB/MT 751.

Em face da ausência do reclamante a Junta determina arquivamento da ação. Custas pelo reclamante calculadas sobre CR\$10.000,00 no importe de CR\$200,81, dispensado do pagamento.

Arquivem-se.

Encerrou-se às 14:01h.

Nada mais.



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO



ANEXO AO PROCESSO Nº

1.912/93 DE 04 / 06 / 93

INTERESSADO(A)

ASSUNTO

DESPACHOS E INFORMAÇÕES

CRH

PARA ARQUIVO NA PASTA
DO FUNCIONÁRIO
ASSISTENTE 24/08/93

Elpidio Grafo Claro
PAB-MT 0047-A

De acordo

Diogo Douglas Casanova
Assessor Jurídico

A Dir. de Reg. e Acompanhamento
p/ arquivar o referido processo, conf. despacho da jurisdição jurídica.

Em 24/8/93

Valério de Arruda Pinto
Coordenador de Rec. Humanos

Pague

Para arquivo na pasta
Suspensão do Jurelcor.

Em 26/8/93

1912.0193

Odete Pinheiro da Silva
Chefe Divisão de Reg. e Acompanhamento

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA 4a. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E
JULGAMENTO DE CUIABA MATO GROSSO.

Processo no.1998/91.

Reclamante: FRANCISCO DE ASSIS MAYER

Reclamada : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO
- CODEMAT.

A Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, sociedade anônima de economia mista, inscrita no CGC do MF sob no. 03.474.053.0001/32, sediada no Centro Político e Administrativo - C.P.A. - Bloco GPC, nesta capital, por um de seus procuradores, abaixo assinado, vem apresentar sua CONTESTAÇÃO, no processo acima, e o faz pelos motivos que passa a expor e a requerer:

1. O Reclamante foi demitido em 27.04.91, percebendo a época, salário mensal de Cr\$96.266,90 (noventa e seis mil, duzentos e sessenta e seis cruzeiros, noventa centavos), não sendo verdadeira a frágil alegação de que a Reclamada não quitou, na sua totalidade, as verbas trabalhistas que lhes eram devidas.

2. E imperioso lembrar, que "A lei estadual 5.025 de 09.06.86, recepcionada pelo disposto no artigo 467 da Constituição Estadual" a que se refere o Reclamante, foi modificada pela lei superviniente de no. 8.178 de 01.03.91, que traçou normas e novas diretrizes sobre a política de preços e

salários, ficando, portanto, o pedido do Reclamante, prejudicado, em seu petitório no itens 1 e 2.

3. Quanto ao cumprimento do ACORDO COLETIVO DE TRABALHO e TERMO ADITIVO, a que se refere, no item 3, e que o Reclamante transcreve, a lei 8.178/91, entende que ele é CELETISTA, e não funcionário público, e por consequência, está abrangido pelo ditames do referido dispositivo legal.

Nesse sentido, a douta Procuradoria Geral do Estado, emitiu Parecer de no. 100/91, (em anexo), entendendo que o ACORDO COLETIVO DE TRABALHO e seu respectivo - TERMO ADITIVO, devem ser declarados NULOS de pleno direito, não se aplicando as sociedades de economia mista, como é o caso vertente.

4. Quando o Reclamante se refere, no item 4, de que a " Reclamada cumpriu parte do acordo", é necessário lembrar que tais pagamentos se referem até 28 de fevereiro de 1.991, isto é, antes da vigência da lei 8.178, ficando desta forma, prejudicados os valores e percentagens, a que se baseia o Reclamante, no item 3 de sua pretensão inicial.

5. A Reclamada é uma sociedade de economia mista, com participação majoritária do Estado, de acordo com a lei 2.626 de 07.07.66, artigo 10o..

Nesse contexto, e combinando com o artigo 128, parágrafo único da Constituição Federal, a Reclamada, se insere na Administração Indireta do Estado, sujeita, portanto, as várias determinações emanadas do Direito Público, tais como processo licitatório; análise da legalidade de despesas pelo Tribunal de Contas do Estado e equiparação de seus funcionários e dirigentes a funcionários públicos, para efeitos penais, sem perder todavia, a qualidade de empresa privada.

E assim que determina o artigo 173, paragrafo 1o. da Constituição Federal, "in verbis":

"Art. 173 - ...

Parágrafo 1o. - A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto as obrigações trabalhistas e tributárias".
(grifos nossos).

6. Nos itens 6 "usque" 10, o Reclamante joga com as palavras de maneira confusa, sem no entanto demonstrar de maneira inequívoca a sua pretensão e tenta ludibriar a Justiça com pretensão direito e com verbas que são apenas meras expectativas, não gerando nenhum direito.

O Acordo Coletivo de Trabalho e Termo

Aditivo, e não sendo questionados na Justiça Trabalhista, através dos processos 1.607/91 e 1.920/91, distribuídos na 1a. Junta de Conciliação e Julgamento desta capital e ainda não foram sentenciados.

7. Não há, por final, em se falar em verbas incontroversas, com o "pallium" do artigo 467 da CLT, como pretende o Reclamante, pois o festejado e renomado MOZART VICTOR RUSSOMANO, em "Comentários à CLT" - 13a. ed. - Ed. Forense fls. 481/482, assim se manifesta:

" I - ...


II- SALARIO INCONTROVERSO - a PORÇÃO salarial que deve ser paga de imediato, em juízo, é aquela sobre a qual não há a menor dúvida, sendo reconhecida pelo devedor. Mesmo que a parte sobre a qual há controvérsia seja favorável ao empregado--- por ter havido controvérsia--- nunca será paga em dobro".

8. Quanto ao item 11, suas alíneas e incisos, o Reclamante se torna repetitivo, e sua aplicabilidade ou não à Reclamada, está condicionada a validade e ao reconhecimento do Acordo Coletivo de Trabalho e Termo Aditivo.

Protesta provar o alegado com todas as formas de direito admitidas, depoimento pessoal do Reclamante, desde já requerido e oitiva de testemunhas que serão arroladas oportunamente.

Termos em que j. esta
Pede deferimento.

Cuiab. 22 de janeiro de 1.992.


Diogo Douglas Carmona
Adv. OAB/Mt. N.º 751
- CODEMAT -

Mr. Piedad Buena Teixiera
Guita 24 T. 1.º andar
Pagos de honor

Nada mais.
Pagos em custas, arquivam-se.

to em 05 dias.
culado sobre Cr\$ 1.500.000,00, que deverá ser intimado para pagar-
to dos autos. Custas pelo recorrente no importe de Cr\$ 30.815,82 cal-
face a ausência do recorrente, deturcam-se o arquivam-
de pelo Dr. Diogo Douglas Cardoso, OAB/MT
Presente a preposta Vera Lucia Alves Pereira, acompanh-
de 05 dias.
Marcelo, OAB/MT3449, que deverá juntar substabelecimento no prazo
Ausente o recorrente, presente seu patrono Dr. Edmundo

14:24

TAPO DE MT-CODINAT

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ES

FRANCISCO DE ASSIS MAYR

557 92

MARIA PIEDADE BUENA TEIXEIRA

Culada-MT

Julbo

92

13

2

19305

25

FEVEREIRO

92

CUIABÁ - MT

1

1.998

91

FRANCISCO

DE ASSIS MAYER

CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO
DE MATO GROSSO

13:25

presente

tes, o advogado do reclamante DR. MARCO ANTONIO ROSEIRO COUTINHO, OAB MT, o reclamado pelo preposto SEBASTIÃO CARLOS CORREA COSTA, assistido pela DRª. VERA LÚCIA ALVES PEREIRA, OAB/MT 1658. Ausente o reclamante.

Face a ausência injustificada do reclamante a MM. Junta determina o arquivamento da reclamatória nos termos do art. 844/CLT.

Custas de CR\$ 30.638,04, calculadas sobre o valor dado à ação de CR\$ 1.500.000,00, pelo reclamante.

Intime-se o reclamante para pagar as custas em 05 dias.

Após o pagamento das custas, remetam-se os autos ao arqui

vo.

Nada mais.

CODEMAT	
Protocolo N°	2.085/93
Processo N°	1.396
Data	13 / 05 / 93
Serviço de Protocolo	

N° PROTOCOLO: 2.085/93

N° PROCESSO: 1.396/93

DATA, 13 / 05 / 93

F

INTERESSADO

FRANCISCO DE ASSIS MAYER

ASSUNTO

REQUER PAGAMENTO DOS JUROS E DEMAIS ENCARGOS DECORRENTES DO ATRASO DE PAGAMENTO DO SALARIO PERIODO OUTUBRO/90.



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO



ANEXO AO PROCESSO Nº

1.396/93

DE 13 / 05 / 93

INTERESSADO(A)

ASSUNTO

DESPACHOS E INFORMAÇÕES

Ao CRH
Para informar

em 18/05/93

Francisco G. de Andrade Lima Filho
Diretor Administrativo e Financeiro

2ª DOBRA


MINISTÉRIO DO TRABALHO
Comunicação de Dispensa - CD

103488407

nome do dispensado											
3	F R A N C I S C O D E A S S I S M A Y E R										
endereço do dispensado (rua, avenida, quadra, travessa, número, bloco, apartamento, fundos, etc.)										CEP	UF
Av. Nortelândia, 256										78000	MT

4	CGC 0 3 4 7 4 0 5 3 0 0 0 1 3 2										5	atividade econômica-IBGE 0 3 0 3				6	trabalhador rural? 1 - sim 2 - não [2]				
7	PIS/PASEP 1 7 0 3 2 5 9 3 2 0 6										8	Carteira de Trabalho e Previdência Social número 2 6 8 1 9 0 0 0 0 1 M T									
9	CBO 3 1 1 2 0										ocupação AGENTE ADMINISTRATIVO										

03 474 053 / 0001 - 32

SIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO
DE MATO GROSSO - CODEMAT

C. P. A.

Guia - CEP. 78.000 - MT

carimbo padronizado CGC (MF)

1ª DOBRA

10	data admissão dia 2 2			mês 0 3			ano 9 0			11	data demissão dia 2 7			mês 0 4			ano 9 1			12	sexo 1 - masculino 2 - feminino [1]		13	grau de instrução 7		14	data nascimento dia 0 3			mês 1 0			ano 5 8			15	horas trabalhadas por semana 4 0													
16	três últimos salários mês 0 1 8 2 3 6 9 00										mês 0 2 9 4 3 7 9 00										mês 0 3 9 4 3 7 9 00										último										17	possui registro de contribuição individual do INPS? número de inscrição 1 - sim 2 - não [2]								
18	domicílio bancário banco 1 0 4 0 0 1 6										agência CAIXA ECONÔMICA FEDERA/MT										nome do banco e nome da agência																													
19	Declaração do dispensado número de contribuições para Previdência Social nos últimos quarenta e oito meses.										meses 4 8										Declaração do empregador as contribuições foram integralmente comprovadas pelo dispensado?										1 - sim 2 - não [1]																			
21	recebeu salários em cada um dos últimos seis meses?										1 - sim 2 - não [1]										22										os salários foram comprovados pelo dispensado?										1 - sim 2 - não [1]									

polegar direito

 assinatura do dispensado

 Odete Pinheiro da Silva
 Chefe do Setor
 assinatura do empregador

MINISTÉRIO DO TRABALHO
Comunicação de Dispensa - CD

103488407

PIS/PASEP
1 7 0 3 2 5 9 3 2 0 6

nome do dispensado

F R A N C I S C O D E A S S I S M A Y E R

Recebi de COMPANHIA DE DESEN.DO ESTADO DE MATO GROSSO "CODEMAT"
Firma ou Razão Social

2 (duas) vias do Requerimento do Seguro-Desemprego.

polegar direito

CURIA/MT, 25 / 04 / 91

local e data

assinatura do dispensado

A ECT recebe a 1ª via fechada

Protocolo Empregador



TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

00 Para uso do processamento

IDENTIFICAÇÃO										01 Carimbo padronizado do CGC	
02 Empregador C O D E M A T					03 Código					03 474 053 / 0001 32 CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT C. P. A. Cuiabá - CEP. 78.000 - MT	
04 Endereço PALÁCIO PAIAGUÁS											
05 CEP 78000		06 Bairro C P A		07 Município CUIABÁ			08 UF MT				
09 Banco B E M A T			10 Agência/UF B O S Q U E			11 Cód. Agência					
12 Empregado FRANCISCO DE ASSIS MAYER										13 Carteira de Trabalho (nº, série e UF) 26.819 00001 MT	
14 PIS/PASEP 1.703.259.320-6			15 Código empregado			16 Data nascimento 03.10.58		17 Data admissão 22.03.90		18 Data opção 22.03.90	
19 Data afastamento 27.04.91			20 Maior remuneração 96.266,90			21 Aviso prévio 27.03.91		22 Pers. Alm. %		23 Causa afastamento POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA	
24 Cód. saque 01											
DISCRIMINAÇÃO/RECIBO DAS VERBAS RESCISÓRIAS											
25 Indentização ____ anos		Valor -		26 Saldo de salários ____ 27 dias		Valor 86.640,30		27 FGTS-multa rescis. ____ 40 %		Valor 45.155,59	
28 Aviso prévio		TRABALHADO		29 Comissões				30 TOTAL BRUTO		557.665,96	
31 13º salário ____ 4 /12 avos		32.089,00		32 Horas extras ____ horas				DESCONTOS			
33 13º sal. inden. ____ /12 avos		-		34 Gratificação				35 Previdência		30.484,53	
36 Salário-família ____ 90 dias		5.205,00		37 Adicional insalubridade/periculosidade				38 IRRF		9.883,12	
39 Férias vencidas		96.266,90		40 Adicional noturno				41 Adiantamentos			
42 Férias proporc. ____ 4 /12 avos		32.089,00		43		Fev/91		44 Muffatão		29.000,00	
45 1/3 salário s/ férias		42.785,30		46		Mar/91		47 Tichet Aliment.		67.000,00	
48 Sal. maternidade ____ dias		-		49 FGTS-multa rescisão ____ mês anterior		24.901,07		50 TOTAL LÍQUIDO RECEBIDO		421.298,31	
51 Data de homologação		52 Carimbo e assinatura do empregador/preposto		53 Impressão digital Empregado		54 Impressão digital Responsável legal					
		Ricarte de Freitas Junior Dir. Adm. Financeiro - CODEMAT -		Odete Pinheiro da Silva Chefe Setor Adm. Pessoal - CODEMAT -							
55 Assinatura do empregado											
56 Assinatura do responsável legal											
RECIBO DO FGTS										58 Data recepção pelo Banco	
57 Carimbo e assinatura autorizada da empresa											
Ricarte de Freitas Junior Dir. Adm. Financeiro - CODEMAT -										Odete Pinheiro da Silva Chefe Setor Adm. Pessoal - CODEMAT -	
59 Sacador - Nome FRANCISCO DE ASSIS MAYER										60 Carimbo da agência (norma CSA/GEF 47/74)	
61 Valor do saque - Depósitos			62 Juros e correção monetária..			63 Total do saque					
64 Impressão digital Sacador		65 Impressão Digital Responsável legal		66 Assinatura do sacador		67 Assinatura do responsável legal					
Autenticação											

31.263.10 x 26.759 - 83.262.88.

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

00 Para uso do processamento

IDENTIFICAÇÃO												01 Carimbo padronizado do CGC					
02 Empregador C O D E M A T										03 Código		03 474 053 / 0001 32					
04 Endereço PALÁCIO PAIAGUÁS												01A. DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT C. P. A. Cuiabá - CEP. 78.000 - MT					
05 CEP 78000		06 Bairro C P A		07 Município CUIABÁ				08 UF MT									
09 Banco B E M A T		10 Agência/UF B O S Q U E				11 Cód. Agência											
12 Empregado FRANCISCO DE ASSIS MAYER												13 Carteira de Trabalho (nº, série e UF) 26.819 00001 MT					
14 PIS/PASEP 1.703.259.320-6				15 Código empregado				16 Data nascimento 03.10.58		17 Data admissão 22.03.90		18 Data opção 22.03.90		19 Data afastamento 27.04.91			
20 Maior remuneração 96.266,90				21 Aviso prévio 27.03.91		22 Pens. Alm. %		23 Causa afastamento POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA				24 Cód. saque 01					
DISCRIMINAÇÃO/RECIBO DAS VERBAS RESCISÓRIAS																	
25 Indenização anos		Valor -		26 Saldo de salários 27 dias		Valor 86.640,30		27 FGTS-multa rescis. 40 %		Valor 45.155,59							
28 Aviso prévio		TRABALHADO		29 Comissões				30 TOTAL BRUTO		557.665,96							
31 13º salário 4 /12 avos		32.089,00		32 Horas extras				DESCONTOS									
33 13º sal. inden. /12 avos		-		34 Gratificação				35 Previdência		30.484,53							
36 Salário-família 90 dias		5.205,00		37 Adicional insalubridade/periculosidade				38 IRRF		9.883,12							
39 Férias vencidas		96.266,90		40 Adicional noturno				41 Adiantamentos									
42 Férias proporc. 4 /12 avos		32.089,00		43 Fev/91		96.266,90		44 Muffatão		29.000,00							
45 1/3 salário s/ férias		42.785,30		46 Mar/91		96.266,90		47 Tichet Aliment.		67.000,00							
48 Sal. maternidade dias		-		49 FGTS-mês rescisão mês anterior		24.901,07		50 TOTAL LIQUIDO RECEBIDO		421.298,31							
51 Data de homologação		52 Carimbo e assinatura do empregador/preposto Ricarte de Freitas Junior Dir. Adm. Financeiro - CODEMAT - Odete Pinheiro da Silva Chefe Setor Adm. Pessoal - CODEMAT -										53 Impressão digital Empregado		54 Impressão digital Responsável legal			
55 Assinatura do empregado																	
56 Assinatura do responsável legal																	
RECIBO DO FGTS												58 Data recepção pelo Banco					
57 Carimbo e assinatura autorizada da empresa Ricarte de Freitas Junior Dir. Adm. Financeiro - CODEMAT - Odete Pinheiro da Silva Chefe Setor Adm. Pessoal - CODEMAT -																	
59 Sacador - Nome FRANCISCO DE ASSIS MAYER												60 Carimbo da agência (norma CSA/CIEF - 47/74)					
61 Valor do saque - Depósitos				62 Juros e correção monetária				63 Total do saque									
64 Impressão digital Sacador				65 Impressão Digital Responsável legal				66 Assinatura do sacador									
								67 Assinatura do responsável legal									
Autenticação																	

CGC - CARIMBO PADRONIZADO (EMPRESA)

☐ POR PEDIDO DE DISPENSA

☒ POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA

☐ POR ACORDO

☐ POR DISPENSA COM JUSTA CAUSA

157

EMPRESA			
ENDEREÇO			
ATIVIDADE		CGC/MF Nº	MATRÍCULA NO IAPAS
FGTS - BANCO DEPOSITÁRIO		AGÊNCIA	Nº CONTA
EMPREGADO <i>Francisco de Assis Meyer</i>			Nº E SÉRIE DA CTPS
Nº PIS	REGISTRO	CARGO	ADMISSÃO <i>02/03/90</i>
DESLIGAMENTO Em <i>06</i> / <i>03</i> / <i>91</i>	AVISO PRÉVIO Em _____ / 19____	DECLARAÇÃO DE OPÇÃO Em _____ / 19____	MAIOR REMUNERAÇÃO NOZ <i>96.26690</i>

Indenização	anos	NCz\$	=
Aviso Prévio ✓		NCz\$	96.866,90
13º Salário 4		NCz\$	32.088,96
Salário - Família		NCz\$	
Férias Vencidas (cf art. 13) 1 p.		NCz\$	96.866,90
Férias Proporcionais (cf art. 13) 11/12		NCz\$	8.022,74
Prejudicado 14/65 113		NCz\$	34.763,05
Prejudicado 20/66		NCz\$	
Saldo de Salários 26 dias		NCz\$	83.431,40
Lei N° 6708/79 - Art. 9º		NCz\$	
SAU 191		NCz\$	68.859,23
FW 191		NCz\$	96.866,90
Comissões		NCz\$	
Horas Extras		NCz\$	
Gratificação		NCz\$	
Ad. Periculosidade		NCz\$	
Ad. Insalubridade		NCz\$	
Ad. Noturno		NCz\$	
FGTS - Quitação		NCz\$	6.674,51
FGTS - mês anterior		NCz\$	7.701,35
FGTS - 13º Salário		NCz\$	
Artigo 22		NCz\$	
FGTS - (..... %) s/ NCz\$		NCz\$	
FGTS - (..... %) s/ NCz\$	(soma FGTS - Quitação + FGTS - mês anterior)	NCz\$	103.736,51
TOTAL BRUTO	(soma depósitos + c. mensalidades + juros)	NCz\$	634.077,03

IAPAS	NCz\$	
IAPAS 13º Salário	NCz\$	
Adiantamentos	NCz\$	
.....	NCz\$	
.....	NCz\$	
	 NCz\$
		TOTAL LÍQUIDO NCz\$

em moeda corrente do país, ou pelo cheque visado n.º _____ contra o Banco _____, como pagamento de meus direitos na rescisão contratual.

<p>DOCUMENTOS APRESENTADOS</p> <p><input type="checkbox"/> FGTS - Guias 6 últimos recolhimentos, inclusive sobre o mês da rescisão.</p> <p><input type="checkbox"/> Autorização para Movimentação da Conta Vinculada (AM);</p> <p><input type="checkbox"/> Pedido de Dispensa (3 vias);</p> <p><input type="checkbox"/> Rescisão (em 4 vias);</p> <p><input type="checkbox"/> Livro ou Ficha Registro de Empregados - LRE;</p> <p><input type="checkbox"/> Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;</p> <p><input type="checkbox"/> Procuração.</p> <p><input type="checkbox"/></p> <p><input type="checkbox"/></p>	<p>Data _____</p> <hr/> <p style="text-align: center;">EMPREGADO</p> <hr/> <p style="text-align: center;">EMPREGADORA-PREPOSTO</p> <hr/> <p style="text-align: center;">ASSINATURA DO RESPONSÁVEL, EM CASO DE EMPREGADO MENOR</p> <hr/> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 30%; border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p style="text-align: center;">PARA USO DA REPARTIÇÃO</p> <p>REGISTRO _____</p> <p>LIVRO _____</p> <p>FOLHA _____</p> </div> <div style="width: 65%;"></div> </div>
---	---



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA MM. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT.

FRANCISCO DE ASSIS MAYER, brasileiro, casado, maior, capaz, agente administrativo, residente e domiciliado na Cidade de Várzea Grande, onde reside à rua Clóvis Hugnei, 247, doravante denominado "RECLAMANTE", por seu advogado "in fine" assinado, com escritório profissional nesta Capital, na rua Galdino Pimentel nº 14, 12ª andar, Conj. 121/124 (Edifício Palácio do Comércio), onde recebe as intimações de estilo (art. 39.º do CPC), com fundamento nos artigos 837 a 842 do estatuto obreiro, arrimado ainda no art. 7º, XXVI da Constituição da República, respeitosamente, vem, a presença de Vossa Excelência apresentar a presente

RECLAMATÓRIA TRABALHISTA

contra a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT -, sociedade de economia mista pertencente aos quadros da Administração Indireta do Estado, doravante denominada RECLAMADA, que deverá ser notificada na pessoa de seu representante legal em sua sede social localizada no BLOCO G.P.C., Centro Político e Administrativo -CPA-, Palácio Palaguás, nesta Capital, pelas razões de fato e de direito de ora avante articuladas :

1 12a. RM <u>P. VELHO-RO</u> Refratário - Pag. multa Art. 176 Apresento-se no <u>CSF/2</u> <u>15/GOA 3100T</u> do 13. 44 Em <u>01-03-77</u> Como, posto, in.	12a RM <u>01/2 1077</u> INSPETORADO RM <u>01/2 1077</u> AUTO "A" - ADRES" W-SH NA <u>10/0</u> ENTRE <u>17-27</u> 12-1077 EM <u>01/2 1077</u>	12a RM - <u>CSF</u> APTO em <u>01/2 1077</u> Designada para ir. no <u>54 BIS</u> de <u>05-14</u> Jan 77 Em <u>26</u> Dez 77 <u>Opinal P</u>
4 Sec. da Junta de Serv.	5 13 01 <u>13 01</u>	
2		
10	11	12



MINISTERIO DO EXERCITO

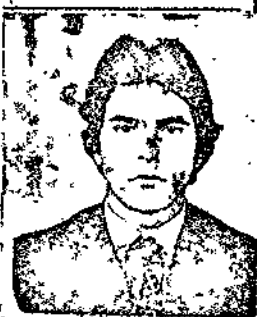
12. RM

743

CERTIFICADO DE ALISTAMENTO MILITAR

129 043 003 634

29ª CSM Nº 658437 SÉRIE I



Validade inicial 31 dez 77

Certifico que FRANCISCO DE ASSIS MAYER

Estudante 1ª Grau 7ª S

(profissão e grau de instrução)

Solteiro

(estado civil)

nascido em 01 10 58 - VILA GRANDE

(data)

(município)

MT

(est.)

filho de Lauro Rodolfo Mayer e Maria

e de Ana Antonia Mayer

está alistado para o Serviço Militar a JSM PORTO VELHO RO

Identificação:

Altura 1,70m

Olhos

Morona

Cabelos Cast Esc Ond

Dentes

Cast Med

Sinais particulares Nenhum

PORTO VELHO RO 01-10-77

(local e data)

Francisco Assis Mayer

Sec. de Alistamento Militar

(Assinatura do alistado)

Polegar direito



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDONIA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
REGISTRO CENAL 70301
NOME FRANCISCO DE ASSIS MAYER.
FILIAÇÃO Benedito Mayer e Ana Antonia
Mayer.
Varzea Grande - MT. 03/10/1.958.
NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO
13 Janeiro/1.977.
CABELO CASTANHO OLHOS AZULES
COR DA PELE BRANCA
CABELO VENTILADO TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
POLEGAR DIREITO
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO LEITOR
FRANCISCO DE ASSIS MAYER
VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA CARTILHA ELETRÔNICA

(CÉDULA DE IDENTIDADE)

POLECA DIRSIO

Francisco de Assis Mayer

ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CASA DA MOEDA DO BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
FRANCISCO DE ASSIS MAYER

DATA DE NASCIMENTO **03/10/58** Nº INSCRIÇÃO **30347118/21** D.V. **020** ZONA **0047**

MUNICÍPIO / UF **VARZEA GRANDE/MT** DATA DE EMISSÃO **18/09/86**

PRESIDENTE DO TRE
Shelton

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MINISTERIO DA FAZENDA - Secretaria da Receita Federal
IMPOSTO DE RENDA - PESSOA FISICA - DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS

RECIBO DE ENTREGA

PARA USO DO AGENTE RECEPTOR

22.014/800

12 | 05 | 1

A.R.F. Porto Velho

EXERCICIO DE 19 77

ANO-BASE DE 19 76

CPF DO DECLARANTE

Controle

PRIMEIRA DECLARAÇÃO?

SIM ☒

NAO ☐

MODELO APROVADO PELA INSTRUÇÃO

FRANCISCO										DE ASSIS									
MAYER																			
Para os novos declarantes, este Recibo vale como CIC, até 31 de dezembro do ano seguinte ao da entrega da Declaração de Rendimentos																			
ETIQUETA (novos declarantes)																			
										079988802 87									
CIEF N.º 02193																			

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DE MATO GROSSO

Ataide F. Silva

Oficial do Registro Civil de Várzea Grande termo da Comarca da Capital
do Estado de Mato Grosso, na forma da Lei

LIVRO Nº 6-B

FLS. 176

TÊRMO Nº 2.134

Certidão de Casamento

Certifico a pedido verbal de pessoa interessada que no livro de registro de Casamentos desta cidade acima citado, consta o casamento de FRANCISCO DE ASSIS MAYER x.x.x.
x.com
MARIA ELIZA BOCAIUVA E MONTEIRO x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.
ele nascido em nesta cidade x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.a 01 de outubro x.x.x
de 19 58 , filho de Benedito Mayer .x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.
e de Ana Antonia Mayer .x.
ela nascida em nesta cidade .x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.a 09 de fevereiro x.x.x
de 19 53 , filha de Francisco Monteiro Sobrinho .x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.
e de Elmaz Gatass Monteiro .x.
Casamento realizado a 26 de setembro x.x.x.x.x.x.x.de 19 81 pelo regimem de
COMUNHÃO PARCIAL DE BENS .x.
A contraente passou a assinar MARIA ELIZA BOCAIUVA MONTEIRO MAYER .x.x.x.x.x

O referido é verdade e dou fé.

Obras:

Várzea Grande, 05 de outubro de 1981

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

LOCAL RESERVADO AO SAE/DREG

LOCAL RESERVADO A DIAE/DE



Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DREC de ALTO PARAGUAI- GO

HISTÓRICO ESCOLAR- 2º GRAU- HABILITAÇÃO

ASSISTENTE DE
ADMINISTRAÇÃO

E. S. 19229 GRAUS PROF. ID. FARIA

NOME DO ESTABELECIMENTO

D-201/77 022/80 1.001/80

CRIAÇÃO AUTORIZAÇÃO RECONHECIMENTO

AV. NORTELANDIA Nº 256

ENDEREÇO

78.350

-X-X-X-

C.P.

FONE:

FRANCISCO DE ASSIS MAYER

NOME DO ALUNO

01/10/58, V. GRANDE, BRAS.

DATA NASC. NATURALIDADE NACIONALIDADE

REMITIDO MAYER

NOME DO PAI

ELNAZ CATASS MONTIRO

NOME DA MÃE

OBSERVAÇÕES:

ADAPTAÇÃO 2º ANO.

Estatística: 80 60

Mecanografia: 80 60

Psicologia :85 60

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ESTADO DE MATO GROSSO
DIRETORIA DE FARIAS

MATERIAS	EDUCAÇÃO GERAL												FORMAÇÃO ESPECIAL												RESULTADO FINAL		
	COMUN. E EXPRESSÃO			ESTUDOS SOCIAIS			CIÊNCIAS			ARTIGO 7º																	
CONTEÚDOS	L.P.L. BRAS.	L. EST. MCD.		HISTÓRIA	GEOGRAFIA	C.S.P.B.	MATEMÁTICA	C.F. BIOL.	ED. ARTIST.	ENS. RELIG.	P.D. SAÚDE	ED. M. CIVICA	ED. FISICA	NAT. APLIC.	L. EST. V. IN.	EST. REGION.	RED. E. TEC.	ESTATIS.	REC. P. DADOS	TC. MERCADOR.	DIR. LEGISL.	PSICOLOGIA	CONT. GUSTO	ADM. CORR.	ESTÁCIO		
1ª SÉRIE	70	70	-	70	80	-	60	70	80	90	70	-	D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CARGA HORÁRIA	108	72	-	72	72	-	108	216	72	36	36	-	D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
E. S. 19229 GRAUS LICÍLIO M. DA SILVA V. GRANDE MATO-GROSSO 1982 ANO																											
ESTABELECIMENTO												CIDADE				ESTADO											
2ª SÉRIE	90	55	-	-	70	-	-	60	-	-	-	60	65	80	-	70	55	-	-	-	-	-	-	70	60	-	-
CARGA HORÁRIA	72	72	-	-	72	-	-	108	-	-	-	72	72	108	-	72	72	-	-	-	-	-	-	72	108	-	-
E. S. 19229 GRAUS LICÍLIO M. DA SILVA V. GRANDE MATO-GROSSO 1983 ANO																											
ESTABELECIMENTO												CIDADE				ESTADO											
3ª SÉRIE	65	-	-	-	-	70	-	-	-	-	-	-	D	65	-	-	65	-	60	70	65	80	70	60	90	-	-
CARGA HORÁRIA	60	-	-	-	-	60	-	-	-	-	-	-	90	60	-	-	60	-	200	120	60	60	150	140	-	-	-
E. S. 19229 GRAUS PROF. ID. FARIAS NORTELANDIA MATO-GROSSO 1984 ANO																											
ESTABELECIMENTO												CIDADE				ESTADO											
SÉRIE	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
CARGA HORÁRIA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
NORTELANDIA, 17-02-85 LOCAL E DATA																											
ESTABELECIMENTO												CIDADE				ESTADO				ANO							
ASS. DIRETOR																											

ASS. DIRETOR

MARIANA LEOPOLDINA FERNANDIS

DISCIPLINAS E CARGA HORÁRIA		TOTAL DE HORAS	1º GRAU	
CURSO: <u>ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO</u>			CURSO ANTERIOR E ANO DE C. USAR	
			ESTABELECIMENTO	
			LOCALIDADE E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	
			OUTRAS HABILITAÇÕES:	
EDUCAÇÃO GERAL	Língua Port. e Lit. Brasileira	240		
	Língua Estrangeira Mod. Inglês	60		
	História	90		
	Geografia	90		
	O.S.P.B.	60		
	Matemática	90		
	Ciências Fís. e Biológicas	180		
	Educação Artística	60		
	Ensino Religioso	30		
	Programas de Saúde	60		
Educação Moral e Cívica	60			
Educação Física	270			
TOTAL DE EDUCAÇÃO GERAL			1290	
FORMAÇÃO ESPECIAL	Matemática Aplicada		120	OBSERVAÇÕES:
	Língua Estrangeira Moderna-Inglês		60	
	Estudos Regionais		30	
	Redação e Expressão Técnicas		150	
	Estatística		60	
	Mecanografia e Proc. de Dados		150	
	Economia e Mercados		90	
	Direito e Legislação	120		
	Psicologia	120		
	Contabilidade e Custos	120		
Administração e Controle	390			
TOTAL DE FORMAÇÃO ESPECIAL			1410	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO			140	
TOTAL GERAL		2840		

ORGÃO - SEC. - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DIVISÃO - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

DE - 149 8169 013

Ass. - Ass. de Administração Escolar

Coordenador - Coordenador de Administração Escolar

Orgão do MEC - Dr. José Rodrigues da Silva

Coordenador - Coordenador de Administração Escolar

Orgão de Fiscalização Profissional:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MATO GROSSO
UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Nº 120100029842

ESCOLA ESTADUAL DE 1º E 2º GRAUS "PROFª IDALINA DE FARIAS"

NOME DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

AVENIDA NORTELÂNDIA - S/N - NORTELÂNDIA-MT

ENDEREÇO COMPLETO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

NOME DA ENTIDADE MANTENEDORA

RECONHECIMENTO PORTARIA Nº 372/82 DE 19-04-82 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATO, N.º, DATA, ÓRGÃO DO PODER PÚBLICO QUE AUTORIZOU OU RECONHECEU O FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO

O DIRETOR: MARIANA LEOPOLDINA FERNANDES

CONFERE A: FRANCISCO DE ASSIS MAYER

FILHO DE BENEDITO MAYER

E DE ANA ANTONIA MAYER

NATURAL DE: VÁRZEA GRANDE

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: MATO GROSSO

NASCIU EM: 01 DE OUTUBRO

DE 1958

O PRESENTE

DIPLOMA

POR HAVER CONCLUÍDO EM

20 DE DEZEMBRO

DE 1984

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL PLENA EM ASSISTENTE DE ADMINIS-

TRACÃO.

DO ENSINO DE 2º GRAU.

TÍTULO PROFISSIONAL CONFERIDO: ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: DE ACORDO COM OS ARTIGOS 22 e 16, COMBINADOS COM OS ARTIGOS 4º e 6º DA LEI

Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971.

NORTELÂNDIA-MT

21 DE

MARÇO

DE 1985

Mariana Leopoldina Fernandes
DIRETOR

Mariana Leopoldina Fernandes

SECRETARIA AUT. 11068

SECRETÁRIO

Joamilson Assunção da Cruz

SECRETÁRIO, AUT. N.º 1173/84

TITULAR DO DIPLOMA/CERTIFICADO